

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

Proc.	5020177
Fls.	114
Rubrica:	

INTRODUÇÃO

CEDI - P. I. B.
DATA 29/09/87
COD 0ED 13

No mês de setembro de 1984 por determinação de Portaria nº 1767/E de 24 de setembro do Presidente da FUNAI, deslocou-se a Rondônia um Grupo de Trabalho, responsável pelo presente documento, cuja finalidade é o apressamento da demarcação do Território dos Uru-Eu-Wau-Wau.

Dois critérios definem a urgência e a oportunidade desta demarcação: por um lado a importância do avanço da colonização e, por outro, a maneira aguerrida como os Uru-Eu-Wau-Wau defendem, durante mais de um século, o seu território. Trata-se de uma guerra desigual, onde a cobiça de muitos, enfrenta-se a pertinácia de poucos, mas decididos a manterem as terras vitais a sua sobrevivência.

A demarcação aqui proposta é a de apenas parte do imenso espaço territorial ocupado imemorialmente por estes índios no centro de Rondônia. Estes limites foram fixados apenas para segurar o incontrolável fluxo migratório que ameaça as terras indígenas. Em absoluto não desobriga a FUNAI de prosseguir levantamentos no sentido de um maior conhecimento destes grupos e da presença indígena nas imediações deste território, em pontos indicados neste documento.

A demarcação, homologação e registro no SPU deste Território compromete a FUNAI também com sua proteção e vigilância contra invasores. E a atração e o contato em curso, comprometeu nossa sociedade com o respeito as terras, a saúde e a cultura dos Uru-Eu-Wau-Wau. Apenas assim estará a FUNAI cumprindo suas obrigações, em acordo com a constituição e o Estatuto do Índio, e os princípios de humanidade e proteção das minorias que orientam a nossa cultura e civilização.

OS URU-EU-WAU-WAU SÃO TUPI-CAWAHIB

Quem são os Uru-Eu-Wau-Wau? Autodenominam-se Caguarip, segundo o intérprete Parintintin, que auxilia a Frente de Atração da Fundação Nacional do Índio - FUNAI e que entrou em contato com três grupos, cerca de 250 índios em Alta Lídia - Comandante Ary, a partir de 10.03.81. A denominação Uru-Eu-Wau-Wau foi-lhes dada pelos Oro-Uari (Pacaa-Nova) e significa "os que tocam taboca". Falam a mesma língua que os Karipuna, contatados em 1976 nos rios Jaci-Paraná, Candeias e Formoso, mais ao norte. Provavelmente falam a mesma língua que os Oruim (os que andam pintados), assim denominados também pelos Oro-Uari (Pacaa-Nova). Os Oruim vivem na região do Jaci-Paraná, e outros sobreviventes do massacre do Igarapé Água Branca (63) encontram-se refugiados no Posto Indígena Rio Negro Ocaia.

Não há, especificamente sobre este grupo, estudos étnico-históricos, etnológicos ou linguísticos, que permitam sua completa identificação cultural. Apesar disto, mesmo num rápido levantamento, exigido pelas gravíssimas ameaças que representam os interesses que cobiçam suas terras, pode-se verificar que estão presentes ao longo da História escrita da Amazônia e em Rondônia pelo menos desde o século XVIII.

São índios Tupi, como a maioria dos povos indígenas de Rondônia, aparentados aos Parintintin e aos Tenharim, cujos sobreviventes encontram-se ao sul do Amazonas. Os Parintintin foram assim denominados pelos seus inimigos Mundurucu. Parintintin quer dizer "estrangeiro fétido". Tenharim é uma denominação dada pelos brancos, sua auto-denominação é Kawahiwa, segundo Miguel Nemendez (84). Os Parintintin se autodenominam igualmente Cawahib, Cawaliwa. Na língua geral do século passado eram chamados de Yawaretá-Tapuya, "índios jaguar" (Nimuendajú-48). Até 1922, os grupos Cawahiba ou Cawahib já eram conhecidos nos rios Alto Tapajós, na confluência do Arinos com o Juruena; e na foz do São Miguel, no Rio Sangue, no Madeira e no Machado. Após 1922 são identificados também nos Rios Madeira, Machado, Marmello e no seu afluente direito, Rio Branco, mas é difícil reconstruir há

quantos séculos ali se encontravam.

Nimuendajú (48) cita as referências linguísticas dos Cawahib, "puro tupi" como define, recolhidas por Severiano da Fonseca em 1880, Garcia de Freitas em 1926 e por ele mesmo em 1922. Conflitos com estes grupos foram registrados em 1892 (Castelnau) e 1852, na região do Madeira.

Algumas informações sobre estes grupos Tupi-Cawahib encontram-se nos relatórios da Missão dirigida pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Claude Levi-Strauss (48) afirma que estes grupos Tupi, de 2 a 3 mil, reduziram-se a um centena nas primeiras décadas do século. Refere-se a que o Clã Takawatib, da mesma tribo, fora reduzido de 300 em 1915 a 59 pessoas em 1938. Nimuendajú cita outros descendentes da antiga tribo Tupu-Cawahib, clãs com localização geográfica precisa, como os Wirafed e Paranawat no Rio Riozinho, os Takawatib no Rio Tamuripa, afluente do Rio Machado, Rondon constatou a presença destes mesmos índios, exterminados mais tarde por seringueiros, no Rio Muqui.

Em 1983, Levi-Strauss (48) localizou um clã Cawahib, os Paranawat, citados antes por Rondon e Nimuendajú, vivendo no Rio Muqui, cerca de 100 recusando qualquer contato com os brancos. Na mesma época identificou 100 sobreviventes Mialat no alto rio Leitão, e considerou extintos os Jabotifet, que viviam entre Cacoal e Riozinho.

Denise Meirelles (84) formula a hipótese de que muitos Tupi Kawahib teriam vindo, no início do século XVIII, do Tapajós para o Madeira (Parintintin), e outros para os afluentes do rio Ji-Paraná. Lembra os Cautários e Sotérios que no século XIX foram submetidos pelas missões e participaram da construção do Forte Príncipe da Beira.

A impossibilidade de um estudo etnológico comparativo entre os dados recolhidos por Levi-Strauss, Nimuendajú e Rondon, deve-se à compreensível hostilidade dos Uru-Eu-Wau-Wau aos "civilizados" não-índios. Mas através dos intérpretes e funcionários da FUNAI pôde-se recolher alguns dados esparsos, que vale reproduzir.

A recusa do tabaco, que surpreendera Levi-Strauss, também se verifica entre os Uru-Eu-Wau-Wau. Prova é que um branco ("Pezinho") que conviveu com eles na década de 40, era obrigado a recorrer a seus amigos se ringueiros para obter tabaco (Costa 81). Não se pôde, ainda no início do contato, visitar suas aldeias, o que também não facilita o estudo comparativo.

Bocas-Negras, Bocas-Pretas, Cautários, Sotérios, Karipuna, Cabeça-Vermelha, os Onça, Caguarip, Parintintin, Cabhíba, Cawahib, Cawahiwa, Aconga-Piranga, Jarú, Urupá, Urupá-In, Arara, Arikens, são denominações diversas e em momentos diferentes da Historiografia, mas sempre ligados ao espaço geográfico ou a semelhanças culturais e linguísticas, com os hoje conhecidos como Uru-Eu-Wau-Wau.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

-5-

ALGUNS DADOS ETNOLÓGICOS

Entre os poucos dados recolhidos, sabe-se que os Uru-Eu-Wau-Wau são uma nação indígena de floresta de grande mobilidade espacial, dividido em grupo de parentesco cada qual com um chefe. Há aldeamento fixos em determinada época do ano e acampamentos temporários ou tapiris espalhados por toda a área, onde foram localizadas várias de suas roças. As aldeias são construídas nas matas sob as copas das árvores. Durante os grandes deslocamentos se abastecem em roças localizadas em pontos estratégicos nas quais plantam, o milho, a macacheira - da qual fazem o cauim (bebida); a batata doce, cará e algodão. Não se utilizam do fumo, e a farinha é apreciada por eles e produzida artesanalmente.

Sabe-se que durante o verão acompanham os cursos dos rios, onde caçam, pescam e fazem roças quase escondidas, e no inverno permanecem mais nos campos. São exímios caçadores a arco e flecha sendo o alimento preferido a carne de anta, embora, caçam também a queixada, o caititu, cotia e alguns pássaros. A pesca é frequente sendo os locais considerados mais fartos, os Rios Floresta, Jamari, Cautário e Jaru. Na preparação da carne utilizam-se do moquem. É comum a coleta da castanha e do material para a confecção das casas, arco, flecha, cestas, etc. A taquara e a taboca são encontradas nas cabeceiras dos rios Pacaas-Nova, Cautário, São Miguel, Nova Floresta, Jamari e Urupá, assim como o barro para confecção da cerâmica.

Durante a expedição de atração realizada em 1980 foram localizados 11 tapiris e roças no rio Jamari e outras nos campos próximos a Alta Lídia. Têm-se dados sobre acampamentos na margem esquerda do Urupá e próximo a BR-429 que cortou o seu território de caça. Em 1984 os Uru-Eu-Wau-Wau guiaram o sertanista Hugo a uma aldeia há seis dias de Alta Lídia no Urupá, e pediram para este os acompanhar até o São Miguel onde existe uma grande aldeia que ainda não entrou em contato com a Frente de Atração. Foram encontrados acampamentos por seringueiros e garimpeiros na Serra do Tracuá, divisores Jamari/Candeias, no Ricardo Franco, Muqui, Igarapé Pombal,

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

Jarú, Cautário, São Miguel, Ouro Preto e Água Branca e na Serra dos Pareci/Pacaas-Nova em diversos momentos da história. Como a grande maioria dos Tupi, os Uru-Eu-Wau-Wau enterram seus mortos na maloca que em seguida é abandonada. Desta forma têm-se diversos cemitérios indígenas no interior desta área e em suas imediações.

Os Uru-Eu-Wau-Wau pintam todo o corpo com urucum quando estão em guerra e o peito de preto (genipapo) quando matam outras pessoas. Pintam-se também para festas rituais. Há tatuagem na face, com um risco da boca à orelha, e outros em volta dos lábios, provavelmente vem deste fato o nome de Boca-Preta, como já foram conhecidos.

Os homens usam vários cintos de cipó enrolados na cintura, formando uma proteção. Esta espécie de cinto é colocado mais justo nos quadris e mais largo na altura do estômago. Nos rolos prendem seus facões. Homens e mulheres usam um colar com dois dentes de mamíferos grandes, simetricamente atados com um cordão. Nos braços usam braceiras, atadas com algodão. Suas redes tem um formato pequeno e são deixadas em pontos estratégicos, o que permite longas caminhadas sem grandes pesos.

Há festas, onde participam diversos grupos familiares, tocam taboca e sabe-se da existência de pajés. A festa de milho chama-se Ipuã. Os Uru-Eu-Wau-Wau cantam à noite e costumam espantar o inimigo com seus gritos.

Os cocares Uru-Eu-Wau-Wau são confeccionados com penas de papagaio, arara e gavião, sendo usados pelos homens e possivelmente pelos meninos, fato constatado através de uma foto do contato em 1981 (Jesco). Descrevendo uma ataque, um seringueiro comentava que as mulheres passam as flechas para os guerreiros e entre estes se destacava um, cuidadosamente enfeitado, portando um lindo cocar real com penas coloridas.

Nimuendajú, Levi-Strauss, ao descreverem grupos Tupi-Cawahib, no que tange a sua organização sócio-econômica, referem-se a dados bas



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

tante similares aos Uru-Eu-Wau-Wau..

A história específica do grupo, e, o seu contato ainda não consolidado não nos deixa a vontade para um aprofundamento neste tema, pois sua organização provavelmente passou por reformulações na luta pela sobrevivência nas últimas décadas.

Dos grupos contatados pela Frente de Atração, a do Canindê tem aproximadamente 50 pessoas, o do Rarica (Careca) cerca de 40 pessoas, o do Verruga/Manguetã 60 pessoas, do Mondava a alguma distância do aldeia de Rarica, com cerca de 60 pessoas e de Iguaçara com aproximadamente 50 pessoas, perfazendo um total de 250 Uru-Eu-Wau-Wau. Sem qualquer contato com a FUNAI existem várias aldeias calculando-se um contingente populacional que pode chegar a 1.000 ou 1.200 índios no interior da área delimitada.

As aldeias Uru-Eu-Wau-Wau conhecidas pela Frente de Atração se encontram a noroeste, nordeste, sul e sudoeste tomando como referência o Posto Comandante Ari. Não há dúvidas tratar-se de um Grupo patrilocal.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

-8-

TERRITÓRIO INDÍGENA, PELOS MENOS DESDE O SÉCULO XVI

A historiografia é clara e explícita sobre a ocupação, imemorial indígena nos vales dos rios Madeira, ao norte, Machado, a leste, Guaporé ao sul e Mamoré a oeste. A área de ocupação atual dos Uru-Eu-Wau-Wau é apenas parte do imenso território ocupado por numerosos grupos Tupi, pelo menos desde o século XVI, como os Mura, Torá e, mais tarde, Mundurucu. Referências aos Cawahib remontam ao século XVIII, em particular ao mais conhecido de seus sub-grupos, os Parintintin.

O atual Estado de Rondônia foi ocupado por fluxos migratórios, geralmente movidos por interesses econômicos. O primeiro fluxo, vindo em particular por Cuiabá, buscava escravizar os índios, no século XVII. O segundo buscava o ouro. No século XVIII (Meireles-84) é o ouro que leva à formação da cidade de Viseu, na foz do Rio Corumbiara. Na verdade a caça à mão-de-obra indígena alternou-se e compôs-se com os demais interesses. Quando não havia ouro, voltava-se a buscar índios.

A política oficial estimulava e acompanhava estes fluxos migratórios. Portugal e Espanha disputavam as zonas limítrofes, mal definidas. Os povos indígenas tornaram-se decisivos para a definição de fronteiras. Únicos e tradicionais ocupantes da região, contribuíam para decidir o conflito. Se para um lado pendessem, mais depressa definir-se-ia o destino deste território. A igreja católica, e os jesuítas em particular, procuravam conter as comunidades indígenas em "reduções ou missões" onde melhor podiam controlar estes povos nômades, caçadores, agricultores itinerantes, pescadores e coletores.

A política dos portugueses não era diversa da praticada pelos espanhóis e jesuítas. A escravidão indígena era autorizada, em caso de "guerra justa", ou seja, para espoliação territorial. Era o período da "administrações de índios". As leis aboliam e reestabeleciam o direito a escravizar indígenas, como Rolim de Moura e Costa Marques (Meirelles84). Os bolivianos, por seu lado, pressionavam por Guajará-Mirim e pelo Jaci-Paraná.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

Se o avanço pelo Guaporé deu-se via Cuiabá e Vila Bela, pelo Mamoré deu-se a partir de Belém e Manaus. Meirelles (84) cita Alípio Bandeira, quando descreve uma das expedições de caça ao índio, comandada por João de Barros Guerra (1716), contra os Mura, que terminou contra os Torá: "a morte varreu todas as malocas, todos os tapiris, todos os garapês, onde se refugiavam os perseguidos; e passada a refrega, as mulheres não sabiam das crianças, os homens desconheciam uns aos outros pelas deformações da guerra, a tribo errante e desvairada apenas pode reconhecer os lugares das suas moradas de outrora, tal foi a devastação e tamanha a ruína".

O poder laico e religioso português não diferia do espanhol. Os interesses privados muito menos. Os índios aldeados morriam doentes ou escravos. Os que resistiam eram dizimados, e seus sobreviventes contavam a centenas, como os Uru-Eu-Wau-Wau. Talvez os Cawahib tenham sido 30 ou 40 mil, como os Torá ou os Mura.

A escravização dos índios seguiu-se o ouro. A estes fluxos migratórios, correspondentes a ciclos econômicos, seguiam-se períodos de "letargia", quando o índio vivia paz relativa, abandonando as margens dos grandes rios ao colonizador. Ao final do século XIX, foi a vez do "Ouro Negro", a borracha, atividade que declinou a partir da década de 1910-20.

Novamente açodaram-se as fortunas fáceis sobre a mão-de-obra indígena. Os monopólios eram estrangeiros, como a Cibils & Cie, Guaporé Rubber e a Societê-Industrielle et Agrícola du Brésil, que disputavam o Guaporé. Eram concessões imensas de exploração e pouco importava lá existissem índios ou não. Um exército de aventureiros disputou palmo a palmo os seringais com os índios. A cada "barracão" estes perdiam suas terras, mulheres e, frequentemente, sua liberdade. A borracha reestabeleceu a escravidão mal disfarçada do "barracão", onde os índios eram eternos devedores, frequentemente espancados e enganados. Com a borracha, vieram as plantas medicinais, como a poaia e outros produtos como a balata, guta, copaíba, castanha, baunilha, cumaru, que continuaria após o declínio do "Ouro Negro".

OS CAWAHIB, EM RONDÔNIA

Deste ciclo, e da ocupação que o fluxo migratório permitiu, data a definição das fronteiras. O Brasil comprometia-se à construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Os técnicos estrangeiros do Madeira-Mamoré como o engenheiro Franz Keller, descreviam em seus relatórios iniciais a contra-violência dos índios, em particular dos Parintintin: "O risco de ser morto e assado era grande demais em comparação com a migalha de goma elástica que os seringueiros conseguiam colher". Ou ainda: "De fato, não era possível defender-nos com eficácia dos selvagens, conhecedores como eram da vantagem que sobre nós levavam, tanto em se aproximarem furtivamente, como, quando perto, com suas armas silenciosas. (...) Não seria de surpreender que a constante presença do perigo em que vivíamos gerasse pânico entre nós, mas as inúmeras privações e torturas que assinalavam a vida cotidiana no Jaci-Paraná nos preocupavam o espírito e impediam de fazer cogitações sobre os possíveis sofrimentos que porventura o futuro ainda nos reservasse. Havia ocasiões, porém, em que ruídos estranhos na floresta, nos faziam saltar das redes, à noite, ou durante o sono agitado que dormíamos, imaginar que ouvíamos a música bárbara dos selvagens, tirada de instrumentos feitos com nossos próprios ossos". (citado por Neville B. Craig, "Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, 1947, Brasiliana, RJ.).

As mesmas descrições de pavor ouvem-se ainda hoje nos locais onde no passado estes Cawahib foram massacrados, como entre os colonos e garimpeiros do Jamari e do Floresta, e os seringueiros do Cautário, São Miguel, Paacas-Nova e Jaci-Paraná. Já na época sabia-se que, além dos Oro-Uari (Paacas-Nova), grupos provavelmente Cawahib combatiam a Madeira-Mamoré, como os Karipuna, Parintintin, Boca-Preta e os Acanga-Piranga ou Cabeças-Verme-lhas, pintados para a guerra como hoje os Uru-Eu-Wau-Wau. A Madeira-Mamoré representava para os índios novas perdas em território e novas epidemias e massacres.

É com as linhas telegráficas e a Missão Rondon que, pela

primeira vez, ouviu-se algo, em favor dos índios. Em 1914, o próprio Rondon conheceria Abaitará, um lendário chefe Tupi-Cawahib, assassinado em 1925, apesar da proteção de Rondon. Houve um avanço da política indigenista, ainda que o estado, como também mais tarde o extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), não tivesse condições, nem a decisão política, de defender o índio em seu "habitat". Preferia trazê-lo a lugar "seguro", ao abrigo da violência dos seringueiros, mas exposto a semi-escravidão, as doenças e ao preconceito.

Em 1937 pôde-se afinal, nos relatos de Levi-Strauss (63) em *Tristes Tropicais*, ouvir uma voz diversa do etnocentrismo que dominava as relações dos colonizadores com a civilização dos índios das florestas amazônicas: "Entre os Bororo, eu me convenci do excepcional grau de refinamento, no plano sociológico e religioso, das tribos outrora consideradas como dotadas de uma cultura muito grosseira". Levi-Strauss (63) ele mesmo aprendia com "os primeiros resultados das pesquisas de um alemão, Kurt Unkel, que tinha adota o nome de Nimuendajú."

Nem a queda internacional do preço da borracha sul-americana em proveito da Ásia, nem presenças como as de Rondon, Nimuendajú, ou a curta passagem de Levi-Strauss, mudaram o quadro no qual sobreviviam os povos indígenas de Rondônia. Apenas um novo período de "letargia amazônica", permitiu a alguns grupos resistir mais uma vez fora das margens dos grandes rios, internalizando-se.

Nos anos quarenta, com a 2ª Guerra e a revalorização do preço da borracha e as lavras predatórias de cassiterita e ouro, novo surto econômico, novo fluxo migratório. Para os índios, de novo os milhares de mortos em combate ou nas epidemias, e milhares de hectares perdidos. A partir dos anos 60, novo impulso colonizatório, aparentemente para ficar e ocupar: grandes mineradoras, projetos de colonização, empresas agropecuárias e madeireiras predatórias, enquanto os cinco mil índios sobreviventes assistem, quase aniquilados, à última chance de verem suas terras demarcadas, sua saúde protegida e sua cultura respeitada.

RONDON E O CICLO DA BORRACHA

O nível de violência era crescente na Amazônia no ciclo da borracha com a fixação das grandes empresas seringalistas. Apesar do caráter móvel da indústria extrativa para as populações indígenas significou uma ameaça altamente destrutiva porque as alcançou em suas aldeias.

"Assim viviam, assim morriam os índios do Brasil nos primeiros anos deste século. Os que se opunham ao avanço das fronteiras da civilização eram caçados como feras desde os igarapês ignorados da Amazônia até as regiões mais adiantadas ... somente se conservavam unidos e no domínio das terras que ocupavam, quando estas não representavam qualquer valor econômico e sua cooperação como mão de obra não fosse um imperativo da economia regional. Era fatal para os índios a ocorrência de qualquer fonte de riqueza em seu Território como minérios, essências florestais..." (Darcy Ribeiro)

Nessa situação se encontravam os Uru-Eu-Wau-Wau, chamados de Boca-Preta, Urupá e Jarú, quando a Comissão Rondon os encontrou em 1915 nos rios Jamary, Cautário, Anari, Machadinho e Urupá. Seu Território invadido pelas empresas seringalistas, e o grupo indígena tentando através da luta expulsar o invasor, representado pelos caucheiros e seringueiros.

Em conferência em 1916, Rondon comentava: "Sertões onde nunca pisou homem civilizado já figuram nos registros públicos como pertencentes aos cidadãos A ou B; mais tarde ou mais cedo, conforme lhes soprarem o vento dos interesses pessoais, esses proprietários - Cara de um soboles - expelirão dali os índios que, por uma inversão monstruosa da moral, serão então considerados e tratados como se fossem eles os intrusos salteadores e ladrões". (Rondon, Conferência, 1916:45).

De acordo com os relatos do Capi. Nicolau Horta Barbosa, que realizou em 1915 os levantamentos dos rios Anari e Machadinho, o grupo Tupi que atacou a expedição nestes rios, era parte daquele do Jamari, que se deslocou, após luta com seringueiros, nas matas do Igarapé do Repartimento, entre o Rio Candeias, Jamari e o Floresta.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

em 1945, comunica que os índios Boca-Negra vivem na região dos Rios Preto do Jamari e Verde, existindo solicitação de instalação de Postos de Pacificação pelos inúmeros conflitos ocorridos entre índios e seringueiros desde o Anari até o Jamari. O mais importante se daria na "zona de São Pedro, a 24 km a sudoeste de Sta. Cruz, no Rio Jamary". Este local é plenamente defendido pelos Uru-Eu-Wau-Wau, na cachoeira de Montenegro.

A caça aos índios realizada pelos seringalistas acirrava os conflitos e vale destacar um massacre aos índios Boca-Negra no Rio Preto, imputado pelo Sr. João Chaves em 1945, que confessa ter matado 118 índios e solicita em 1949 uma expedição ao mesmo para rio para "contactar" o restante do grupo. Chaves admitiria o massacre, sem constrangimento, aos jornalistas em Porto Velho.

Um balanço histórico nos mostra que entre 1945 e 84 a região dos rios Jamari, Floresta, Candeias, Preto do Jamari, Branco do Jamari e Jarú, foi palco de conflitos sangrentos com várias expedições punitivas contra os grupos indígenas, seguidos pelo revide destes, atacando os seringais, e, tentando expulsar o invasor, que tentava fixar-se em seu Território imemorial. Para citar alguns poucos documentos, entre os inúmeros existentes: Em 1945/49 ataques no Rio Preto do Jamari, Anari, Branco do Jamari, Machadinho, Jarú e Floresta. Em 1950/51 morrem seringueiros varados por flechas no seringal Santa Cruz, no Jamari, e o SPI informa que os índios estariam fixados na cachoeira de Santa Cruz.

Em 1953/54 a Companhia Almeida (Seringal Santa Cruz) comunica ao SPI incursões dos índios aos seringais, resultando em morte de dois menores e expulsão da região de Santa Cruz dos seus seringueiros pelos índios. A Empresa requeria providências do Serviço de Proteção ao Índio, e a pacificação, para que esta pudesse dar continuidade a extração da seringa em pleno domínio indígena.

Uma expedição de atração é deslocada para o Jamari com a finalidade de reativar o Posto Rodolfo Miranda do SPI, fundado por Rondon no início do século para abrigar os índios Arikên com área de 90.000 ha, e contactar os índios que vinham atacando na firma Almeida e Cia, os Boca-Preta.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

Entre as décadas de 1950 e 1980 novos massacres tornam-se conhecidos no Jamari, em diferentes pontos e, no Igarapé Floresta de forma particular. A colonização avançava em Rondônia não mais de forma espontânea e desvinculada da ocupação da terra, como as empresas seringalistas. Mas de forma premeditada e direcionada pelo Estado Brasileiro, que através de uma política desenvolvimentista de integração nacional, incentivou a colonização. A terra assume seu caráter de propriedade fundiária e os grupos indígenas de verão ser pacificados e espoliados de seus territórios para liberarem as terras.

Em 1957 temos novos ataques indígenas em seringais no Alto Jamari. Em 1958 expedições de seringalistas localizam aldeias indígenas no Igarapé Floresta. No mesmo ano o Seringal Canaã é saqueado, e três expedições punitivas são formadas: uma desloca-se para o Rio Jaru e massacra uma aldeia e duas outras, organizadas pelos seringueiros do Sta. Cruz e Canaã, deslocam-se para o Floresta a procura dos índios, que continuavam seus ataques intermitentes aos seringais. Em 1962 é organizada nova expedição punitiva pelo Seringal Santa Cruz, o que nos mostra a extrema resistência dos Uru-Eu-Wau-Wau na defesa de seu Território e na tentativa de expulsar o invasor. No ano de 1966 a entrada de garimpeiros aumenta os conflitos, sendo deslocado para a área o Sr. Nilo Veloso, da Sassi (SPI), que fotografa no Igarapé Floresta 36 pontos que mostram a presença de índios arredios na região. Na ocasião são solicitadas forças policiais para retirada de garimpeiros e seringueiros das firmas Benfica e Flodoaldo Pinto, que permanecem na área, realizando massacres contra os índios, e, impedindo a ação do SPI de contato com o grupo indígena. Neste mesmo ano vários seringueiros comunicam ao SPI, a presença indígena no Seringal Sta. Cruz, e, da tapagem pelos índios das estradas de seringa em forma de protesto. Muitos seringueiros abandonam o local e nova expedição punitiva é organizada tomando a direção do Igarapé Floresta.

Além da bacia do Jamari, os ataques nesta ocasião continuavam no rio Urupã, Igarapé Mandi, no Rio Preto, no Rio Candeias e principalmente no Igarapé Pombal, onde se instalou, posteriormente, a Fazenda Marechal Rondon e a Mineradora Brumadinho numa antiga pista de pouso do SPI (Pia Angelita). A entrada dos garimpeiros e a fixação da mineradora, já em 1966,

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

-16-

impõe ao SPI uma ação enérgica e vários são os comunicados de presença indígena na Serra da Tracuã, nas margens do Candeias, nas margens do Jamari e Cabeceiras' do Floresta. O Governador de Rondônia é pressionado para que se crie uma Reserva Indígena na região.

Nos últimos dez anos já encontramos as notícias sobre a presença dos Uru-Eu-Wau-Wau nos jornais de Rondônia onde é descrito a sua resistência na bacia do Jamari, contínua, apesar da política de colonização, do INCRA e instalação da Agropecuária e Mineradoras. A opinião pública de Porto Velho é alertada sobre as mortes no Rio Floresta, no interior dos Projetos do INCRA. Em 1978 a FUNAI interdita a área para o contato com os índios Uru-Eu-Wau-Wau e Urupa-Ín. A ação da FUNAI não impediu, entretanto, o avanço nas terras interditadas e o último ataque dos Uru-Eu-Wau-Wau se deu em dezembro de 1983 no Igarapé Floresta, onde um seringueiro foi encontrado castrado e com 14 flechas no corpo. Alguns meses antes, feriram gravemente o administrador' do seringal São Tomé.

No ano de 1979 todos os colonos das margens da Rodovia 421 (lotes no rio Jamari e Igarapé Nova Floresta) tiveram seus Tapiris saqueados' e ao serem retirados da área confessaram que esperavam que a FUNAI fizesse o contato para retornarem aos lotes, mesmo cientificados serem aquelas terras indígenas. Vemos, assim que o contato com grupos arredios, além de ser exigência da Sociedade Nacional, cria também a expectativa de liberação das terras, tanto por parte dos colonos como das grandes empresas e do próprio Governo, que vê nas terras indígenas um bem público.

#### RIO CAUTÁRIO, OURO PRETO e PACAAS-NOVA

Em 1916 o Capitão Manoel Theophilo da Costa Pinheiro inicia o levantamento do Rio Cautário e, após, atravessar a cachoeira denominada Cojubim, foi surpreendido às margens do rio com a presença de numerosos índios, que com manifestações de desagrado, impediam que atracassem as embarcações. Na ocasião o alto e médio Cautário não fôra ainda estudado e somente

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

o baixo rio encontrava-se invadido pela "Guaporé Rubber Company".

As referências mais importantes sobre o grupo nos são da das pelo próprio Marechal Rondon, que ao entrar em contato amistoso com eles, no Vale do Jaru e Tramac, descreve seu território como sendo a passagem entre as vertentes das duas cordilheiras, a extremidade setentrional da cordilheira dos Pareci e a dos Pacaas-Nova. Rondon, em companhia do grupo contatado, se desloca até a Gruta Araí, na cabeceira do Cautário, onde eram encontrados então os seus mortos. Esta gruta foi localizada recentemente por funcionários da FUNAI de Rondônia, encontrando-se no interior da área interdita. O Rio Cautário era então chamado Cumitripá, pelos índios do rio Urupá.

Em 1932 verifica-se uma nova expedição punitiva no alto Cautário, com a dizimação de uma aldeia. Se em 1916 esta área não era de interesse dos não-índios, há referências em toda a década de 40 ao avanço dos seringais, e a tentativa de posse das empresas através da dizimação das aldeias, nos rios Cautário, Ouro Preto, Pacaas-Nova (cabeceira), São Miguel, Urupá e Sotério.

A consolidação dos seringais São Tomé e São Luiz foi realizada através dos massacres aos índios, que nunca deixaram de revidar, na tentativa de recuperação do seu território. Em 1952 é documentada uma expedição punitiva no Rio Ouro Preto promovida pelo seringalista José Pereira da Silva onde morrem 20 índios entre homens, mulheres e crianças. Em 1955/56 os índios atacam os seringais e novamente se massacra uma aldeia no Rio Ouro Preto. Nos anos de 1956/57, os índios atacam no Rio Ouro Preto e nos seringais São Luis, Abacateiro e Porto Novo no alto Pacaas-Nova. A década de 60 é marcada pelas severas lutas e ataques ao Seringal São Luiz e São Tomé, e a presença indígena é constatada nos contrafortes da Serra dos Pareci, nas nascentes do Rio Pacaas-Nova. Uma expedição punitiva organizada pelo Sr. Manuel Lucindo, arrasa uma aldeia, e o seringal São Tomé é severamente atacado pelos índios. Os ataques indígenas, nos rios Cautário, Ouro Preto e Pacaas-Nova, continuam em toda a década de setenta, sendo o último deles dirigido ao Seringal São Tomé, realizado em outubro de 1983 quando feriram o administrador do seringal.

Apesar de, o decisivo, serem agora mais especificamente, os pontos limítrofes da área indígena, diante da ocupação por não índios, a luta incessante dos Uru-Eu-Wau-Wau na tentativa de resguardar o seu território, demonstra a ocupação indígena de fato sobre um território muitas vezes superior. Em 1966 encontramos vários ataques nos rios Machado, Muqui, Ricardo Franco, Urupá, São Miguel. Segundo os dados do SPI, intensificados pela construção da BR-429 que seccionou o território tribal.

No interior da área, nos contrafortes da Serra dos Pacaas-Nova e nas nascentes dos rios nas regiões de campo, a luta se intensificava' pela tentativa de fixação de empresas agropecuárias. O fato mais importante na década é a expulsão do Sr. Flodoaldo Pinto, após instalação da Fazenda Altalídia, pelos índios Uru-Eu-Wau-Wau, que mataram vaqueiros e mais de 400 cabeças de gado.

A escassez dos dados etnológicos sobre o grupo, impede, assim, a reconstrução do território desta nação, atualmente, conhecida como Uru-Eu-Wau-Wau, mas com segurança podemos afirmar que desde o século XVIII este grupo indígena vem dominando um espaço definido pelos rios Madeira e Guaporé (sentido norte-sul), Anari, e Jaci Paraná (nordeste-noroeste), Sotério ao Rio Branco (sudoeste-sudeste).

O Território hoje proposto é assim muitas vezes inferior ao que era ocupado pelo grupo, e a inclusão dos principais rios utilizados, não se trata de simples indenização, mas sim, de uma proposta calcada na ocupação real, e que tem por objetivo garantir a uma etnia minoritária, pelo menos, parte do território ocupado e defendido com decisão há no mínimo cem anos. O avanço das frentes pioneiras e a não garantia pelo Estado das terras indígenas, levou a perda pelos Uru-Eu-Wau-Wau de rios como: O Candeia, onde estes mataram até 1977, do Jaci Paraná, Ricardo Franco, Sotério e as partes baixas do São Miguel e Cautário, onde ainda poderá existir a presença indígena.

A COLONIZAÇÃO DE FATO: 1940

À diferença dos surtos migratórios, que acompanharam interesses econômicos desde o século XVI, o processo de colonização iniciado nos anos 40 veio a Rondônia para ficar. Buscando escravizar índios, encontrar ouro, borracha ou outros produtos e minérios, até a 2ª Guerra Mundial, os colonizadores atinham-se a povoações e explorações nas margens dos grandes rios. A colonização atual destina-se a ocupação efetiva do território.

A violência contra os naturais da região e o caráter predatório da ocupação, apenas aumentaram nos anos 40. O primeiro projeto de colonização, o Presidente Dutra, em 1945, acompanhado pelo aumento dos preços da borracha, levou em Guajarã-Mirim, a sucessivos massacres contra os Oru-Uari (Pacaas-Nova), os Karipuna e Orouin. A Área Indígena do Ribeirão foi mais tarde desmembrada pelos projetos IATA e Sidney Girão. Em 1975 os dois postos de atração que o compunham, desde 1945, Major Amarante e Tenente Lira, tornaram-se as áreas indígenas do Ribeirão e do Laje, perdendo os índios a metade de suas terras com o desmembramento de suas aldeias em um território' descontínuo e de linhas secas.

O incentivo governamental a colonização não foi acompanhado por uma necessária política de demarcação e defesa das terras indígenas, e, muito menos, pela decisão de respeitar os territórios dos grupos arredios. Com os projetos do INCRA, e mesmo antes deles a situação agravou-se ainda mais na década de 70. No noroeste do Mato Grosso, desmembrou-se o Parque do Aripuanã, separando-o do Posto Indígena de Lourdes, em proveito de fazendeiros. Os Surui viram suas terras invadidas por colonos, e, os Cinta-Larga, tiveram suas terras loteadas por colonizadoras improvisadas para a especulação fundiária.

Os grupos indígenas consumidos em regime de escravidão nos seringais, como os Sakirap e Macurap do Mequens, ou os vários grupos do atual P.I. Rio Branco, foram absolutamente desprezados. A FUNAI chegou a extinguir os PIs. Ribeirão em 1975, e Guaporé em 1979, a revelia dos seus habitan

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

tes. Um dos presidentes da FUNAI plotou o PI. Rio Branco na Bolívia. O INCRA lançou colonos sobre os Latundê e os Mequens com o projeto Corumbiara. Madeireiras predatórias limpam madeiras de lei de áreas como os Pis. Roosevelt e Mequens. Apenas forças policiais puderam iniciar a retirada de um número crescente de invasores, como no caso do PI. Lourdeas.

Este quadro, cuja descrição é indispensável para que se compreenda o porquê da urgência da demarcação do território Uru-Eu-Wau-Wau é que levou a FUNAI a retomar a tentativa de contatar estes últimos Cawahib, em 1980. Os mesmos que Rondon, Horta Barbosa, Benjamin Rondon, Nimuendajú e Levi-Strauss conheceram. São os sobreviventes de um processo de extermínio. Seu grande mérito é, sem dúvida, a resistência a um contato que os teria aniquilado pela doença, destruído pelo racismo e o preconceito, que não toleram nem mesmo o privilégio e a oportunidade histórica e geográfica do convívio e contemporaneidade com a riqueza destas culturas milenares da Amazônia. Se mantêm hoje parte de suas terras, deve-se a pertinácia com que contra-atacam a cada massacre de que foram vítimas.

Rondon, o iniciador de uma política oficial de proteção às minorias, descreveu a forma como o Governo de Mato Grosso distribuía no início do século, títulos à semelhança das capitânicas e sesmarias à revelia dos índios. Os seringalistas tratavam de regularizar concessões de extração como se fossem propriedades fundiárias, e algumas "colocações" às margens dos rios, como se fossem sinais de ocupação real de centenas de milhares de hectares.

Os Uru-Eu-Wau-Wau foram também vítimas, desta desastrosa política, acompanhada da conivência das instituições criadas para a sua proteção, como o SPI e a FUNAI. O SPI, exceção feita a alguns dedicados funcionários, em diferentes níveis hierárquicos, interpretou sua responsabilidade de proteção com a mesma confusão dos jesuítas. Propunha-se a atrair e aldear índios para liberar suas terras à cobiça dos não índios. Na verdade, seu dever constitucional, era o inverso, proteger as terras indígenas contra a invasão dos colonizadores. Ao contrário, o SPI arrendava as terras indígenas aos seringalistas, agropecuárias e minerações. Estes invasores "tolerados", que chegaram a financiar o SPI, terminaram sempre por legalizar a

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

-21-

usurpação de terras, onde hoje encontram-se cidades, como Ariquemes, minerações como a Mibrasa e São Domingos e títulos de seringais como os Santa Cruz e Canaã, em plena terra dos Uru-Eu-Wau-Wau.

Em Rondônia a passagem dos seringueiros isolados às em presas seringalistas, como a passagem do garimpo manual às grandes mineradoras mecanizadas, em nada melhorou a situação dos índios. O próprio INCRA, que se propunha a regularizar o quadro fundiário, mostrou-se pouco cioso do direito constitucional indígena as suas terras de posse imemorial. Quanto a SUDAM, com sua política de incentivos financeiros e isenções fiscais, terminou por promover a caça à ocupação das terras indígenas e às famosas certidões negativas de presença indígena, frequentemente concedidas irresponsavelmente, como no caso dos Nambikwara e Pareci.

Os grupos arredios estão entre as maiores vítimas da colonização desenfreada. Interesses diversos esperam, até estimulam e financiam a sua atração para apossarem-se de suas terras, frequentemente, com uma espiral de responsabilidade que, caso investigada, atingiria altas personalidades da economia e da política.

Os projetos governamentais, fazem-se sem o cuidado da prévia demarcação. Assim foi feita a estrada 421, até hoje, inconclusa por pretender atravessar ao meio o território dos Uru-Eu-Wau-Wau ainda arredios, ligando Ariquemes a Guajarã-Mirim. Da mesma forma tentou-se a BR-429, ligando Presidente Médici a Costa Marques. Na altura de seu km 98 passou a 1 km de uma aldeia de 12 malocas. Próxima a sua passagem sobre Urupã, novamente cruzou terras de ocupação imemorial indígena. Neste mesmo ponto, tenderá a facilitar invasões em terras de outros índios ainda não identificados, mas localizados nas terras destinadas ao Parque Nacional de Pádua-Novos, do IBDF. Apesar disto, a estrada prosseguiu antes mesmo que os índios fossem contatados, e deverá estar pronta antes do final do ano, abrindo um novo e importante fluxo migratório em torno a um território vulnerável como o dos Uru-Eu-Wau-Wau.

Estas iniciativas dão-se no Quadro de Programa Integrado'

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

-22-

de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, o Polonoroeste. Este programa destinou em setembro mais seiscentos milhões de cruzeiros para o revivamento das estradas vicinais e construção das redes de acesso a BR-429. Trata-se de um programa financiado parcialmente pelo Banco Mundial (BIRD). Em seu contrato de empréstimo, o governo brasileiro compromete-se a nível internacional, e em acordo com sua Constituição, a preservar as terras, a saúde e a cultura das comunidades indígenas. Um projeto especial foi elaborado para aumentar a velocidade da FUNAI em face do conjunto dos projetos de rodovia, colonização, agropecuária, mineração, hidroelétricas que se promoviam na região.

O Polonoroeste iniciou-se em 1981 e a FUNAI encontra-se flagrantemente em descompasso com os outros órgãos. Deveria estar à frente do INCRA, prevenindo conflitos e encontra-se atrás dele, tapando buracos.

Além das estradas e projetos de colonização, os índios de frontam-se com hidroelétricas programadas para as áreas indígenas. Duas de las já em construção ameaçam os Cinta-Larga de Serra Morena, em Juina, e os Apiakã e Kayabi, em Mato Grosso. Os Uru-Eu-Wau-Wau, antes mesmo de contatados, estão já ameaçados pela Hidroelétrica de Samuel, em construção, que de verá atingir o regime das águas do rio Jamari. Nem a FUNAI encomendou, nem a Eletronorte preocupou-se em estudar as consequências de tal empreendimento sobre o modo de vida dos índios, alagamentos, ou diminuição da pesca. Aliás, também em setembro, a Eletronorte foi autorizada a pesquisar uma futura hidroelétrica nos PIs. Lourdes, Roosevelt e Parintintin, sem que nenhum estudo fosse exigido sobre as consequências de tais planos em áreas indígenas, quando há dezenas de rios em terras privadas, improdutivas ou desapropriáveis, como em terras devolutas da União.

De todos os projetos do Polonoroeste, os do INCRA constituem, sem dúvida, nos mais prejudiciais as comunidades indígenas. É óbvio que o INCRA vem se escudando na lentidão e na omissão da FUNAI. O caso dos Uru-Eu-Wau-Wau é um exemplo. Em 1980 o então coordenador do INCRA em Rondônia, o hoje Senador (PDS-RO) Galvão Modesto, chegou a um acordo com a 8ª Delegacia Regional da FUNAI, através de seu Delegado, Apona Meirelles. Apesar de ao nível local INCRA e FUNAI chegarem a um acordo sobre a área Uru-

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

Eu-Wau-Wau, celebrado devido a pressão nacional e internacional despertada por sucessivos massacres, a FUNAI não demarcaria a área durante os quatro anos seguintes, e nem mesmo estudaria o acréscimo pedido para o Igarapé Floresta, e nem sequer responderia aos pedidos da 8ªDR.

O mais grave é que recursos não faltavam. Embora os recursos diante dos 1,13 bilhão de dólares destinados aos demais Índios do Polonoroeste, os 26 milhões de dólares destinados aos índios através da FUNAI, teriam permitido a delimitação e a demarcação dos Uru-Eu-Wau-Wau, assim como o de cerca de uma dezena de grupos sem contato da área do Polonoroeste.

Escudado na lentidão conivente da FUNAI, o INCRA prosseguiu assentando colonos e emitindo títulos provisórios e definitivos em área indígena, apesar de conhecer e reconhecer em sua proposta o território de ocupação dos Uru-Eu-Wau-Wau. Assim, nos projetos Burareiro e Adolfo Rohl, dezenas de títulos foram dados pelo INCRA, por suas coordenadorias de projeto de Ji-Paraná e Ariquemes. Na Gleba Rio Alto (Setor Nova Floresta), chegou o INCRA a expedir títulos definitivos, apesar de os índios atacarem 2 (dois) colonos em 1979, vitimando Daniel Castro da Silva e ferindo Elifas Batista da Silva, ocasião em que foi assassinado um dos chefes Uru-Eu-Wau-Wau. Uma outra família foi atingida em 1979 no Jamari, a de Francisco Prestes, quando os índios matariam dois de seus filhos, levaram o mais novo e feriram sua esposa. Assim mesmo o INCRA não desistiu, e em 1983, no mesmo lote 33, os Uru-Eu-Wau-Wau mataram um outro colono, castrando-o e com dezenas de flechas no anus (foto em anexo). E porque? Exatamente do Alto Jamari, particularmente em 1958, partiam as expedições etnocidas promovidas pelos seringalistas do Canaã e Santa Cruz, quando os índios conheceram a crueldade e selvageria dos neo-brasileiros, e com eles aprenderam rituais de morte cujo requinte desconheciam. No São Miguel, Urupã e Jarú dá-se o mesmo. As dezenas de lotes do Burareiro e Adolpho Rohl e Nova Floresta dentro do Território Indígena nem chegaram a ser ocupados. Deve o INCRA indenizar seus titulados e fracassados ocupantes.

Ao invés de prevenirem-se futuros conflitos, através da BR-429 e da projetada colonização ao redor da rodovia, no Bom Princípio, novos confrontos avizinham-se. O INCRA não espera a liberação pela FUNAI das

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

terras onde provavelmente encontram-se índios arredios ou desaldeados espoliados nos seringais. Outro projeto, o Samaúma, em estudos no INCRA, ameaça o oeste da área.

O mesmo ocorre no médio Rio Cautário. Desde 1977 a FUNAI localizou ali um aldeamento, provavelmente Uru-Eu-Wau-Wau. Desde a expedição do Capitão Pinheiro, durante os levantamentos da Missão Rondon, em 1915, nas Cachoeiras do médio Cautário, grupos arredios impediam as canoas de atracar. Pela força, impôs-se ali um seringal, da Guaporé Rubber Company, com concessão de exploração. A revelia da presença indígena, influentes políticos de Guajará-Mirim, entre os quais o atual prefeito, Sr. Benesby e seu irmão, conseguiram recentemente transformar seringais em propriedade fundiária. A 20 km do seringal abriram a Fazenda Estrela, com centenas de cabeças de gado. Associados com a Sopemi iniciaram garimpos de ouro e diamantes, e sonham com as minas do Eldorado.

No entanto, Cautários e Sotérios, são índios conhecidos desde o século XVII, participando da construção do Forte Príncipe da Beira, que garantiu a fronteira do Guaporé com a Bolívia. É óbvio que até hoje os índios não abriram mão das terras em que os encontrou a Rubber Company e a Missão Rondon. Dalí partiram massacres e revides permeando as últimas décadas. Em 1983, o administrador do seringal São Tomé, apesar de mateiro experiente, a luz do dia, feriu um índio com chumbeira, confundindo-o com um veado (!). Um mês depois recebeu cinco flechas e passou meses hospitalizado. Os índios no entanto, à distância, não hostilizam os que não o hostilizam, como o casal Brito, que amedrontam e riem, mas não atacam. Estes seringueiros estão há anos na região, e aparentemente nada fizeram aos índios. Mas os Uru-Eu-Wau-Wau não abrirão mão da sede do seringal, e o provaram, como nos demais pontos limites de seu território, com ataques intermitentes que se sucedem há décadas. No entanto, através de influência política pretendem os "proprietários" do seringal obterem título definitivo e o processo encontra-se no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Ao contrário do que possa parecer, não atacam por acaso. A FUNAI tem verificado que a cada investida dos índios esconde-se um crime contra eles cometido. As vezes passam perto de seringueiros, levam seus per

[assinatura]

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

Proc. 5020/97
Fls. 137
Rubrica:

125-

tences, mas não os matam. Não é o caso dos seringais São Tomé e São Luis. Deste último, partiu em 1963 um massacre indescritível, cujo processo corre até hoje na Comarca de Guajarã-Mirim. O proprietário do seringal, Manoel Lucindo, lançou índios e seringueiros pobres contra índios, no Igarapé Água Branca. Os feridos foram ultimados a sangue-frio, as crianças jogadas ao alto e mortas na queda a facão, basta ler o processo. Vinte e oito mulheres e crianças foram arrastadas a sede do seringal e distribuídas entre os seringueiros. Tal criminoso, verdadeiro personagem de ficção, ou de filme de terror, não será atingido pela justiça, a idade e a lentidão processual tendo prescrito sua pena. Em 1964, Lucindo organiza uma segunda expedição, e ainda oferece seus serviços ao seringalista da empresa Parati, Miranda Cunha. Não é surpreendente que em 1977 os índios matem, no mesmo seringal São Luis, Maria Rosa da Conceição e o menino Josemar Ferreira Maia.

Apesar de interdita pelo SPI, processado pela FUNAI, Manuel Lucindo continua com índios em seu seringal. A FUNAI ao invés de retirá-lo do seringal ocupado pela violência concede asilo aos sobreviventes índios no PI. Rio Negro Ocaia. Vários índios fugiram do São Luis. Enquanto isto, a Justiça procrastina e o seringal, interdito pelo SPI, continua em mãos do invasor. E a FUNAI retira índios, ao invés de protegê-los em suas terras imemoriais.

Nesta guerra desigual, os índios mantêm-se como podem. Não há dúvidas que atingem nos locais ou as pessoas que os atacaram. É o caso do garimpeiro da Mibrasa, no Rio Candeias em 1978, morto pelos índios, ex-seringueiro que participou de expedições "punitivas" do antigo seringal "arrendado" pelo SPI. A própria Mibrasa e a Fazenda Marechal Rondon, de propriedade das empresas Brumadinho, encontram-se em "arrendamentos" de terra indígena feitos pelo SPI, em situação jamais regularizada pela FUNAI. Ao mesmo tempo em que invade pelo norte, pelo Candeias e Nova Floresta através da Mibrasa e da São Domingos, a mesma Brumadinho invade pelo oeste a área Uru-Eu-Wau-Wau, utilizando-se de um prolongamento ilegal da linha 630 do INCRA no projeto Jaru, de onde o INCRA retirou-se após a interdição de área. Mais ao sul da área, pistoleiros famosos discriminam terras dos Uru-Eu-Wau-Wau, entre o Jaru e o Urupã. As escavações predatórias para mineração, e

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

-26-

os desmatamentos devem ser indenizados aos índios.

As mineradoras consideram as terras indígenas terras de ninguém. Recentemente a Sopemi abriu a leste dos Uru-Eu-Wau-Wau, a seis km do aldeamento de Rarica (Careca), uma pista de pouso. Os índios experimentaram a FUNAI, convidando-a a retirar os invasores, que tentavam deixar presentes para o "namoro", típico das atrações da FUNAI e do SPI. Retirada da área pelo delegado da FUNAI, Apoená Meirelles, e pelo chefe da Frente Ativação, Hugo Pedro da Silva, tenta entrar novamente através da sociedade com os invasores dos seringais São Tomé e São Luis. No São Tomé, uma das equipes da Sopemi foi barrada por sinais dos índios em trilhas de caça, como flechas cruzadas e árvores derrubadas. A persistirem, novos conflitos serão inevitáveis. Apesar de pouco contato, os índios têm dito aos intérpretes, mostrando a direção do Cautário e do Pacaás-Novas, que atacarão aquelas condições, de seus tradicionais inimigos.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

A FRENTE DE ATRAÇÃO - 1980

E a FUNAI, como responde a um tal cerco? Desde 1980 atrasa a demarcação como se aguardasse o extermínio dos índios ou a ocupação de seu território por estes diferentes grupos de pressão e interesse. Além dos posseiros, dos colonos, fazendeiros, do INCRA, das minerações, as madeireiras começam a desmatar pelo Jamari e não tardarão a fazê-lo pela BR-429.

Ressalve-se a intervenção oportuna de Apoena Meirelles e da equipe de atração. Apesar dos recursos insuficientes, a Frente de Atração respondeu com acerto ao quadro que se montava. Construindo seus postos no Jamari, Nova Floresta e Antuérpia, as regiões onde as invasões prometiam intensificar-se, estimuladas pelo projetos do INCRA e pela BR-364. Ainda não conhece todos os grupos, mas o suficiente para entender algo sobre seu modo de vida. Já identificou cerca de 250 índios, pelo menos quatro aldeamentos, e um quinto, de um grupo que não é Uru-Eu-Wau-Wau, ao sul do Urupã. Três funcionários da Frente foram também feridos, um em Alta Lídia/Comandante Ary, e duas mulheres no Jamari.

Enganados durante décadas, os índios desconfiam da própria FUNAI e dos próprios intérpretes Parintintin, Cawahib, como os Uru-Eu-Wau-Wau, a quem chamam de mentirosos. Não param nos postos. No Jamari, os funcionários fizeram uma roça de mandioca, colhida pelos índios Uru-Eu-Wau-Wau, antes mesmo do tempo oportuno. Acostumaram-se a recolher brindes diversos em Alta Lídia e no Jamari. Um deles, acompanhado de sua esposa e um filho, chegou a levantar um tapiri em Alta Lídia, onde permaneceu dois meses, retirando-se depois.

Apesar da desconfiança, já recorrem a FUNAI, ainda com receio. No fundo, testam sua confiabilidade. Um dos grupos, o de Mondava, como se chama seu chefe, com mais de 60 índios, apareceu uma vez no posto, em 1982. Outro, o mais hostil de todos, comandado por Guindé, chega ao Posto de Alta Lídia, invade os armazéns, distribue-se brindes e gêne

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

ros, e segue em suas perambulações, na caça e pesca, e realiza investidas guerreiras, nos pontos onde foram atacados, às vezes vingando seus mortos de há décadas.

A FUNAI não sabe por onde perambulam, desconhece seu número exato, seu modo de vida, seus usos e costumes. Algum avanço foi possível no atendimento a saúde. Cerca de 58 foram vacinados pela Equipe Volante de Saúde (EVS). Um velho e uma criança morreram por complicações advindas de uma gripe. Duas mulheres foram levadas, provavelmente com pneumonia, para tratamento médico em Porto Velho, mas seus familiares exigiram, ameaçadores, o seu regresso antes mesmo de estabelecido o diagnóstico.

Alguns índios, remunerados por serviços prestados, já visitaram as malocas do grupo que mais se aproximou, do Rarica, apelidado de Careca, chefe de um grupo de parentesco e que reside a três horas do Posto Alta Lídia. Mas nem ele confia totalmente na FUNAI, e diz estar sobre as ordens de Canindê, e, que o Pajê estaria com o grupo de Mondava, um dos mais arredios, que estaria a seis dias de Alta Lídia, a pé.

Apesar da dedicação de vários funcionários, e da experiência do responsável pelo contato, sertanista Apoená Meirelles, a atuação da FUNAI deixa a desejar. Ainda recentemente a Frente esteve prestes a ser desativada por falta de recursos, quando justamente há verbas extra-orçamentárias do Polonoroeste, à disposição da FUNAI na SUDECO e, justamente, para fazer face ao enorme avanço da colonização, estimulado pelo governo. Tanto ao nível federal, através do INCRA, Ministério dos Transportes e ELETRONORTE, quanto ao nível estadual, em que se estimula a migração, como na sociedade civil, ainda se encontra uma consciência pálida e insuficiente diante da grave ameaça que pesa sobre este, talvez o último, grupo Cawahib arredo.

Para este ano prevê-se a entrada de 120 a 160 mil novos colonos sem terra em Rondônia. O INCRA prevê a instalação de apenas 30 mil dentre eles. Há 22 mil inscritos na lista de espera do INCRA. Não há dúvidas que este fluxo potencializa numerosas invasões nas terras indígenas, em particular nas mal-delimitadas e não demarcadas como as dos Uru-Eu-Wau-Wau. Acrescentem-se às ameaças os interesses eleitoreiros, que pendem sempre para

os invasores e interessados, como bem mostrou a invasão do PI. Lourdes e dos Surui. Mais grave ainda são os interesses econômicos, que se articulam em uma surpreendente velocidade. Talvez em Rondônia não cheguemos as pressões que levaram em Mato Grosso a Codemat, o Interemat e o Incra a lotearem as terras não demarcadas dos Zoró e dos Cinta-Larga do Rio Preto em favor de fortunas sólidas, ligadas à política estadual.

É urgente, diante de um quadro tão ameaçador, que a FUNAI, para o cumprimento de suas obrigações decorrentes do Artigo 198 da Constituição e do Estatuto do Índio que o regulamenta, seja dotada dos recursos necessários para a proteção da terra, saúde e a cultura dos Uru-Eu-Wau-Wau.

O primeiro passo é a demarcação que se busca através de todo este século, e do presente documento. Em seguida, dado o desconhecimento deste e de outros grupos na região, é também urgente expedições de reconhecimento pela BR-429 por via rodoviária, e por via fluvial, nos rios Cautário, Sotério, Pacaas-Nova, Formoso, Jaci-Paraná, Candeias e São Miguel, em particular nas partes que não foram incluídas na demarcação. A urgência destas expedições deve-se a existência de índios Miguelenos e Puruborá, no São Miguel, e de uma ou mais aldeias ao norte, em volta do Formoso, ainda não localizadas e arredias. Há ainda os índios desaldeados nos seringais, como os do Quintão, abandonados durante este processo de vertiginosa colonização.

O mais difícil será planejar a defesa da área, para a qual será indispensável a intervenção policial e a colaboração dos índios, quando se avance o contato.

Não há dúvidas que o atendimento médico deixa a desejar. Não há uma geladeira para conservar as vacinas, indispensáveis nesta fase do contato. Os enfermeiros necessitam de treinamento adequado e orientação médica permanente. As fichas individuais são indispensáveis, tanto para o registro médico, quanto para os dados de população. A cada chegada numerosa, um médico deveria ser rapidamente mobilizado. Os Uru-Eu-Wau-Wau, após o contato com a FUNAI, visitam outros não-índios, como na Mibrasa, curiosos com os caminhões, instalações e maquinárias. Não há dúvida que poderão contagiar-se com doenças. Já não se pode repetir a trágica história das atrações,

em que cada grupo indígena deixa metade dos seus na ocasião do contato, e que relatórios desesperados de sertanistas em campo viram arquivo procece na burocracia de Brasília.

Por outro lado, é impossível que as frentes de atração continuem a processar-se sem o apoio de linguistas e antropólogos. É óbvio que teriam sido úteis, identificando língua e costumes destes grupos. No início da atração, por exemplo em 63, julgava-se estes grupos de língua Tapacurá, como os Oro-Uari (Pacaas-Nova), ocasião em que a presença de um linguista seria indispensável. A participação de um antropólogo teria aumentado as chances de conhecimento do modo de vida destes índios, e, eventualmente, apressado a demarcação de suas terras.

É responsabilidade da FUNAI proteger as comunidades indígenas onde elas se encontram, dentro de seu modo de vida e no respeito a seus usos e costumes. No entanto, a prática tem sido a de atrair os índios a aldeamentos de interesse da FUNAI, onde violentam-se seus hábitos, promovem-se roças coletivas em absoluta dissonância com seu modo tradicional de cooperar, através dos grupos de parentesco. Com estes aldeamentos, que mantêm como tradição colonial que remonta as verdadeiras colônias penais das reduções jesuíticas, comete-se uma violência ignóbil contra a cultura das minorias, inaceitável em pleno século XX. Mais grave: os aldeamentos impedem os índios de perambularem, ou seja, de promoverem grandes saídas destinadas a prover-se em meios de subsistência. Esta prática vem tornando os índios dependentes da FUNAI em gêneros alimentícios, que não chegam a substituir sua dieta anterior. Ao alterar assim sua alimentação, em meses, torna-os doentes, em geral diabéticos e obesos. E, finalmente desguarnece seu território, abandonando-o à cobiça dos invasores.

Tanto mais grave tal violência será no caso dos Uru-Eu-Wau-Wau, este grupo de formidáveis andarilhos e guerreiros, capazes até agora de manter sua dignidade e uma parte considerável de seu território, mesmo em face da força desigual de seus inimigos. É surpreendente que se considerava este grupo em guerra intermitente há mais de cinquenta anos, e uma rápida volta a história, talvez permita encontrá-los há mais de século e meio em guerra permanente.

Seu modo de vida é hoje claramente determinado pela guerrilha constante, a que são obrigados pela violência dos invasores. Suas malocas e tapiris são distantes das roças. As colheitas são armazenadas no local das roças, todas elas espalhadas por um amplo território. Suas habitações são improvisadas e camufladas pelas copas das árvores. Mantêm resiervas assim escondidas em um imenso território de perambulação e perto dos locais fartos em peixe e caça. Em épocas diversas do ano atingem pontos os mais surpreendentes, como se mantivessem centenas de inimigos em pontos fixos, verdadeiros limites, estabelecidos pela coragem que exige a sobrevivên-  
cia num cerco de tais proporções.

Não pode a FUNAI, para facilitar seu trabalho, pretender' transformar, em alguns anos, este povo nômade, de caçadores, pescadores e coletores, com a agricultura de que necessitam, em um povo sedentário: seria 'fazê-los passar em anos, os milênios de História que levou a "civilização" ao sedentarismo, nem sempre com a satisfação que se pretendeu, ou se pensa ter. A proteção e apoio deve ser dada aos Índios, na defesa de seu território, de seu modo de vida, de sua saúde e de seu "habitat".

Em qualquer ponto de seu vasto território, mantêm reciipientes, alimentos, redes onde dormem praticamente sentados. Andam com as redes atadas a cabeça e transportam o indispensável, como quem não sabe a duração de sua andança, e os imprevistos do caminho. As mulheres estão de tal forma comprometidas com a guerra, impregnada em seu cotidiano, que filhos atados ao colo, carregam reservas de alimentos e flechas, e proveem os homens nos momentos de combate.

Estes quase lendários Índios Uru-Eu-Wau-Wau, refugiados no centro de Rondônia em franca transformação, podem tornar-se em um momento alto da política indigenista. Basta inicialmente, garantir seu direito constitucional a terra, a saúde e a diferença cultural.

De fato, o quadro fundiário brasileiro potencializa conflitos e há necessidade de novos espaços a colonos sem terra. Não adianta, no entanto, resolver velhos conflitos criando novos, e de mais difícil solução. Menos ainda se pode proceder à necessária reforma fundiária lançando '

posseiros contra índios, como vem ocorrendo na região do Polonoroeste. A não demarcação já ocasionou centenas de mortos em torno das terras dos Uru-Eu-Wau-Wau. Ninguém pretende obstaculizar o progresso. Apenas não se pode permitir que, em seu nome, prossigam atentados tais à condição humana, que o Polonoroeste redunde apenas em um criminoso faronoroeste que, se supõe, ninguém deseja.

É urgente que a FUNAI passe à frente do INCRA, da ocupação selvagem, e de interesses econômicos imediatistas, demarcando as terras e protegendo a saúde e a cultura dos povos indígenas.

FRENTE DE ATRAÇÃO

Tem-se notícias de expedições de Atração do SPI, na região abarcada pelos Rios Jamari, Candeias, Floresta, Anari, Machado, Muqui, Ricardo Franco, Urupá, São Miguel, Cautário, Ouro Preto, Pacaas-Nova desde 1942. Nos anos sessenta e setenta as tentativas de contato são intensificadas, porém, sem resultado.

Em 1980, após vários ataques indígenas no Jamari, do qual resultou em mortes nos Projetos do INCRA, é organizada uma Frente de Atração. Em março de 1981 dá-se o primeiro contato pacífico nos campos de Alta Lídia, PIA Comandante Ari, após vários ataques dos Uru-Eu-Wau-Wau à Frente de Atração.

De acordo com o sertanista Apoena Meirelles, responsável pelo contato, este não se encontra ainda consolidado, embora os Uru-Eu-Wau-Wau venham visitando os Postos da FUNAI localizados em Alta Lídia, Cajueiro (Rio Jaru), Jamari e Nova Floresta. A opção de localização dos Postos próximos aos Projetos do INCRA, deve-se a ser esta uma área mais vulnerável à penetração de não-índios, e plenamente utilizada pelos Uru-Eu-Wau-Wau.

Grande parte do Grupo ainda não se encontra em contato com a Frente de Atração e os Uru-Eu-Wau-Wau não confiam plenamente na FUNAI, embora venham avisando sobre as invasões e solicitando a retirada de invasores, no que vem sendo parcialmente atendidos.

No ano de 1982 os Uru-Eu-Wau-Wau flecharam o sertanista Baiano Maia em Alta Lídia e, duas mulheres no PIA JAMARI.

Na atualidade é grande a preocupação dos sertanistas com a demarcação da área Uru-Eu-Wau-Wau, pelo avanço da colonização e invasões nas áreas limítrofes, o que pode acirrar os conflitos entre índios e não-índios e implicar na perda gradativa deste Território, a pelo menos um século, defendido e resguardado pela nação dos Uru-Eu-Wau-Wau.

SOBREPOSIÇÃO DA ÁREA INDÍGENA DOS URU-EU-WAU-WAU  
COM O PARQUE NACIONAL PACÁA-NOVOS, DO IBDF

Todos os documentos emitidos sobre um território indígena são nulos perante a lei, assegura a Constituição. É o caso do Decreto Presidencial nº 84.013/79 que cria o Parque Nacional do Pacáa-Novos, incidindo sobre a maior parte do território imemorial dos índios Uru-Eu-Wau-Wau. O citado Parque foi criado à revelia da Portaria nº 508/N/78, que interditava parte da área indígena conhecida.

Tal sobreposição tende a ameaçar o direito de posse e usufruto dos índios sobre seu território. No entanto, é óbvio que um processo predatório de colonização como o hoje em curso em Rondônia, necessita acompanhar-se da preservação de importantes áreas em extensão significativas da flora e fauna e do sistema ecológico que lhes deu origem.

A defesa das terras dos próprios índios, interessa também a preservação ecológica de seu "habitat". No entanto, nem sempre os interesses do IBDF coincidem com os das comunidades indígenas, como se verifica na Ilha do Bananal e no Monte Pascoal.

Assim, se por um lado, contrapõem-se a definição jurídica de parte do território como Parque Nacional do IBDF, e a Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, por outro, a gravidade das ameaças e interesses em torno destas terras sugerem uma tentativa de acordo no sentido de sua defesa, apenas possível com a colaboração futura IBDF/FUNAI/Comunidade Indígena, e com apoio policial.

Um acordo neste sentido é possível e desejável, mas não pode ser feito ao arrepio do direito indígena à posse de suas terras. Daí decorre que, para a FUNAI, o primeiro passo é a delimitação em curso, a demarcação, homologação e registro da Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. Uma vez garantida juridicamente a posse indígena (assegurada aliás pela Constituição e o direito natural, que exclue a conquista, o extermínio, a imigração força

da ou o esbulho) é possível um acordo de defesa destas terras com o IBDF.

Tal acordo não poderá expor ou hipotecar as terras indígenas de uma forma tal que chegue a lesar os interesses de seus naturais ocupantes. Num nível mais adiantado de contato e compreensão da sociedade envolvente e de suas instituições poderão os Uru-Eu-Wau-Wau, manifestar-se sobre a questão. Antes, em qualquer entendimento, está impedida a FUNAI, como tutora, de comprometer ou alienar terras que não lhe pertencem.

Numa primeira fase, o acordo possível e desejável com o IBDF deve restringir-se a preservação do território. Em seu objetivo da preservação ecológica, o acordo é sem dúvida de interesse para o IBDF. A área em que vivem os Uru-Eu-Wau-Wau, não apenas representa um dos últimos redutos de mata e cerrado ainda não totalmente atingidos pela ação predatória e imediatista do colonizador, como contém, a partir do planalto de Alta Lídia, as nascentes de vários dos principais rios de Rondônia. Parte deles desagua no Madeira, como o Jaci-Paraná e o Jamari, outros no Guaporé, como o São Miguel e o Cautário, e até no Mamoré, como o Pacaas-Nova.

A preservação destas nascentes, fundamentais à caça, pesca e coleta dos Uru-Eu-Wau-Wau, é indispensável também aos colonos e demais empreendimentos que ora instalam-se em Rondônia. Aí habitam índios a milênios, sem que se alterassem fundamentalmente estes rios ou estas matas. Aliás, se há em Rondônia um tal espaço geográfico ainda preservado, deve-se a ação aguerrida dos Uru-Eu-Wau-Wau, e apenas a ela.

Identificada e delimitada a presença e ocupação indígena, como aqui se pretende, torna-se superado o plano de manejo do IBDF para parte da área. Objetivos como, o de turismo e a caça, mesmo controlada são contrários as necessidades dos índios, a quem se assegura o direito de autonomia em suas terras, e o de caçar, pescar, plantar e coletar para sua subsistência.

Propõe-se, diante da coincidência parcial de interesses, que, desde já, FUNAI e IBDF, estudem um plano comum de defesa da área, sem prejuízo dos direitos indígenas. Postos de Vigilância, encontros de avalia

ção, ação comum contra invasores, pesquisas que não interfiram na vida tribal, são possíveis e desejáveis. Necessitam da elaboração de um plano de manejo comum, diferente do atualmente proposto pelo IBDF.

Os objetivos do IBDF que ultrapassam a defesa da área (como centros de turismo, estações experimentais intensivas e extensivas de reflorestamento) obrigam à destinação de terras apenas sob sua guarda e administração. Nenhum ponto do território Uru-Eu-Wau-Wau, ou de grupos não identificados que lá se encontram, pode ser comprometido sem o acordo indígena, impossível na fase atual do contato. Sem prejuízo de que mais tarde, quando possível o acordo dos índios, chegue-se a uma redistribuição do território entre os de prioridade vital aos índios, as de perambulação indígena e preservação pelo IBDF, e as possíveis de serem liberadas para os projetos específicos do IBDF. Propõe-se por enquanto a definição de uma faixa de 2 km em torno da área indígena, à disposição desta instituição. Nada impede que, em pontos limítrofes, ao IBDF sejam reservadas áreas mais importantes, chegando a substituir no todo, ou em parte, as que foram inadvertidamente destinadas ao Parque Nacional do Pácaa-Novos e pertencem aos índios. As faixas exclusivas do IBDF deverão ser exteriores as aqui confirmadas como indígenas.

Enquanto tais medidas se estudam, deve a FUNAI proceder a demarcação, e discutir uma ação comum com o IBDF, limitada a defesa e preservação das matas, cerrados e cabeceiras de rios, imemorialmente ocupadas pelos Uru-Eu-Wau-Wau.

Um acordo com o IBDF deverá incluir a defesa de outras áreas próximas, como os Mequens, Roosevelt e Rio Branco ameaçados ou submetidos a desmatamentos predatórios. Um acordo deve ser encontrado também para a proteção das aldeias indígenas que por erros da FUNAI encontram-se em áreas do IBDF, como do Palhal, na Reserva Ecológica do Guaporé, dos índios Tupari; na serra da Providência, na antiga gleba Tarumã ou Reserva do Jarú onde se encontram índios Gavião e, finalmente, o grupo arredio, provavelmente Aruá que se encontra na Reserva do Guaporé e os índios desaldeados que se encontram nos seringais vizinhos ao Massacã.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

A terra dos arredios deve ser identificada e demarcada antes mesmo do contato. Os demais necessitam urgente estudo caso a caso, garantido ao índio direito a terra, caça, perambulação e extração de seringa e coleta de castanha, quando o desejem.

VÁRIAS VEZES DELIMITADA A ÁREA INDÍGENA DOS URU-EU-  
WAU-WAU É HOJE APENAS PARTE DE SEU IMENSO TERRITÓRIO

A necessidade de garantia territorial aos grupos indígenas que habitam a região das bacias do Jamari, Cautário, São Miguel e Pacaas-Nova, não se constitui em fato novo. O SPI desde 1945 com a criação da 9ª IR, vinha estudando o território, sendo inúmeros os relatórios que indicam a necessidade de demarcação territorial e a atração do grupo, na época denominado Boca Negra, ocupantes imemoriais dos divisores dos rios Machado, Preto do Ji-Paraná, Preto do Jamari, Anari, Urupá, Jamari, Ouro Preto, Jarú, São Miguel, Cautário e Pacaas-Nova.

A demarcação da região do Floresta foi realizada por Benjamin Rondon encontrando-se os marcos ainda próximos a Alta Lídia. As terras demarcadas pelo SPI seriam, posteriormente, arrendadas aos seringais para obtenção de fundos para atração dos índios, conforme o costume hoje inaceitável. Em carta a Moacyr Xerex, inspetor do SPI, datado de 19 de outubro de 1945, Benjamin Rondon encaminha o mapa do Jamari e explica que resta demarcar o "Fundo de Montenegro e Rio Nova Floresta, Zona de Antuérpia/Cajueiro do Jarú e o próprio Jarú, zona de índios perigosos".

A primeira proposta concreta de Reserva se deu em 1946, quando foi informado o Governo do Território sobre a ocupação indígena em toda a bacia Jamari, toda a Bacia do Floresta até a Serra do Pacaas-Nova. De acordo com documentos da época, o despacho foi favorável em 26 de novembro de 1946. Nesta ocasião já existia a Colônia Rodolfo Miranda com área de 90.000 ha, e uma reserva no São Miguel, demarcada por Rondon. A proposta de 1946 baseava-se no art. 216 da Constituição.

Em 1964, após o massacre do Sr. Manoel Lucindo as aldeias Orouim e os diversos contra ataques indígenas, o SPI interditou a área abarcada pelo seringal São Luiz e através dos ofícios 30/64, 32/64 e 33/64 o ato foi comunicado ao Sr. Manoel Lucindo, ao Governador do Território e ao Banco de Crédito do Amazonas. A deliberação foi baseada no art. 216 da

11

Constituição (Terra Indígena) e na insegurança para os moradores da região. Não há qualquer documento desinterditando a área, significando que este Território continua patrimônio da União por se constituir terra indígena. Não podemos, assim, entender porque na interdição realizada em 1978, o seringal São Luis e São Tomé tenham ficado fora, pois, além da existência dos ataques indígenas, temos sua interdição em 1964 e um processo contra o Sr. Manoel Lucindo por genocídio, no qual este seringalista não foi absolvido, apenas obteve a prescrição, devido a sua idade avançada e a lentidão da justiça.

Os ataques indígenas nos Rios Muqui, Cautário, São Miguel, Ouro Preto e Pacaas-Nova, além do Jamari e Nova Floresta, e o avanço indiscriminado de não-índios nas terras indígenas, levam o SPI em 1966 a requerer ao Governo de Rondônia nova Reserva para abrigar os índios arredios. A área proposta (mapa em anexo) tinha como limites a região da bacia formada pelo Igarapé Floresta, requerida em 1946, o divisor de águas Jamari/Candeias/Serra do Pacaas-Nova (norte), divisor de águas do Rio Sotério/Serra dos Pacaas-Nova (oeste), Rio Cautário a partir de sua foz numa linha perpendicular ao eixo do rio no sentido NNO-SSE até encontrar o divisor de águas do São Miguel direção SSE do outro lado, atingindo neste ponto um braço direito do São Miguel, nas nascentes deste braço (sul). A área proposta pelo SPI em 1966 abarcava os principais rios onde os Uru-Eu-Wau-Wau apareciam abrangendo suas aldeias, área de caça, pesca e coleta. Os limites atuais constituem-se em parte dos limites anteriormente propostos ao Governo do Estado de Rondônia, estando no entanto incluso naquele. A não retomada dos limites anteriormente previstos deve-se mais ao avanço da colonização na região devido aos projetos do INCRA, do que a certeza do GT da não existência de parte do grupo nos Baixos São Miguel e Cautário, sendo necessário e urgente uma expedição da FUNAI para que a área seja vasculhada, já que há menos de 10 anos houve ataques e outros sinais de presença indígena no São Miguel, Muqui, Cautário e Sotério. A delimitação atual restringiu-se a ocupação efetiva e comprovada nos últimos 7 anos, mas corre-se o risco de ainda existirem outras aldeias e outros grupos arredios nas imediações.

No mesmo ano de 1966, o Sr. Alberico Soares Pereira, Chefe da ININD 9, através do Of. nº 082/66 solicita novamente ao Governo do Par

ritório a interdição imediata da área do Nova Floresta onde o SPI promovia a atração dos índios arredios, já expulsos do garimpo da Firma Jucá, nas limites daquela área. Na mesma ocasião solicita a retirada imediata dos dois grupos antagônicos Flodoaldo Pinto e Plínio Xavier Benfica, pois são comprovadamente invasores de Terra Indígena.

Em 1973, após novos ataques nos Rio São Miguel, Cautário e Jamari é enviado a FUNAI (BSB), pela Ajudância de Guajará-Mirim nova proposta de interdição de área. De acordo com os dados contidos no processo FUNAI/BSB/5020/77, a mesma foi estudada visando deixar de fora os seringais da Firma Saul Benesby e Cia (Seringal São Tomé) no Rio Cautário e do Sr. Manoel Lucindo (Seringal São Luiz), no Rio Pacaas-Nova. De outro lado, ao norte, ficaram fora as minerações Mibrasa e São Domingos, e outros invasores nas cabeceiras dos Rios Candeias e Jamari. Note-se que à época estava havendo massacres em todas estas áreas, o que no mínimo constitui um crime contra os índios da região, além de ferir frontalmente a Constituição Federal e o Estatuto do Índio nos seus art. 22, 23, 24 e 25. Não se concebe que terras plenamente utilizadas pelos índios sejam propositalmente perdidas em favor dos seringalistas, da colonização e mineração.

No ano de 1977, o sertanista Benamour Fontes, encaminha a FUNAI um plano de atuação visando à atração dos grupos indígenas que vêm atacando nos seringais São Tomé e São Luiz, além dos Rios São Miguel e Jamari, Urupá, Jarú, Candeias e Sotério. A época denuncia o agravamento das tensões na região devido a invasão da área pelas rodovias, INCRA, Mineração e Agropecuária, e novamente é solicitada a interdição da área, abarcando a bacia do Jamari/Floresta até o São Miguel. A proposta não é aceita em Brasília e em 1978, através da Portaria 508/N se interdita a área proposta em 1973. Mais uma vez se retoma uma proposta equivocada por inércia da burocracia de Brasília, em detrimento dos trabalhos de campo dos sertanistas. A história futura da área, veio provar a importância dos Rios Cautário e Pacaas-Nova excluídos da Portaria de interdição, assim como dos Rios Floresta, onde se instalaram os projetos do INCRA.

Os trabalhos de atração tiveram início em 1980, após várias mortes no Rio Floresta, no ano de 1979. Em 15.02.80 o sertanista Apoe

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

na Meirelles solicita a alteração da Portaria de interdição, incluindo na área a Cachoeira São Benedito no Rio Jamari, em direção às suas nascentes em 15 km em cada margem, seguindo pela margem direita até a foz do Igarapé Floresta, e deste até o Rio Candeia.

A proposta de alteração da área Uru-Eu-Wau-Wau e a retomada da figura pentagonal proposta em 1977, levou a manifestação do INCRA através do Ofício INCRA/CE/G/nº 601/80, que propõe à FUNAI uma nova área onde seria respeitada parte ocupada pelos Projetos Adolpho Rolh e Burareiro. Toda a Bacia do Jamari e Floresta estavam inclusos na área proposta pelo INCRA, assim como os Rios Cautário e Pacaas-Nova.

A não manifestação da FUNAI, o Decreto de criação do Parque Nacional dos Pacãa-Novos, acarretou o avanço da colonização na região e o assentamento de colonos pelo INCRA. Há no entanto, a atuação dos sertanistas com a fixação dos Postos de Atração em áreas vitais para o grupo Uru-Eu-Wau-Wau, além da presença constante dos índios, que não permitiram o assentamento, de fato, dos colonos, defendendo-se da penetração em seu território imemorial, embora tenham perdido ultimamente parte fundamental do mesmo território.

- OCUPAÇÃO TERRITORIAL -  
BACIA DO JAMARI E NOVA FLORESTA

Desde o século XVIII se tem notícias de grupos indígenas na Bacia do Jamari. No início do século XX fixaram-se na região os seringueiros Francisco Castro e Arruda. Pela Comissão Rondon, têm-se as primeiras notícias do massacre as aldeias do Jamari, nos Igarapês Repartimento e Massangana e o início do conflito entre índios e seringueiros.

Em 1913 Rondon cria a Colônia Rodolpho Miranda, objetivando o contato com os Grupos Ariken, Jarú, Urupá e Boca-Negra. A Colônia Rodolpho Miranda nunca foi desativada e sim ocupada gradativamente pelos brancos.

A primeira demarcação da região do Jamari/Floresta foi realizada por Benjamin Rondon em 1945, o que não impediu a penetração de seringueiros e a continuidade dos conflitos. Neste mesmo ano houve a morte de um seringueiro, no Alto Jamari, a 24 km a sudoeste de Santa Cruz (SPI-1945).

Em 1950 o Diretor da Divisão de Segurança e Guarda de Porto Velho comunica ao SPI a morte do seringueiro André de Souza, varado por flechas no seringal Santa Cruz - no rio Jamari - de propriedade do Sr. Francisco Neves. Nesta ocasião a área já era considerada Terra Indígena, reconhecida pelo Governo do Território de Rondônia (despacho de 26.11.46). Há proposta de criação de um Posto Indígena no Alto Jamari para contato com o grupo arredio que vinha realizando incursões aos seringais e povoados. Novo ataque no Igarapé Santa Cruz, Cachoeira de Santa Cruz, é relatado ao SPI em 1951.

Na década de 50 a Companhia Almeida adquire a área da bacia do Jamari e Floresta e em 1953 comunica ao SPI, incursões de índios aos seringais e a morte de duas crianças. Nova comunicação é feita em 1954, pela mesma Companhia. Pede-se providências pois as visitas dos índios ao serin

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

-46-

gal Santa Cruz vem ponto em sobressalto os seringueiros e moradores que ameaçam abandonar o Santa Cruz, terra reconhecidamente indígena.

Em 1954 uma expedição de atração segue para o Rio Jamari com a finalidade de reabrir o Posto Rodolpho Miranda para contato com o grupo arredio (NR 45-SPI). Em 1957 novo ataque no Alto Jamari no seringal de Marçal Touceiro.

Expedições punitivas são organizadas por seringalistas no ano de 58, quando localizam uma aldeia nas imediações do Rio Floresta e matam no seringal Canãa. Morre lutando "Pezinho", seringueiro que abandonou sua colocação na margem esquerda do Jamari, acima do ig. Nova Floresta e foi viver com os índios na década de 40 (ARRUDA: 1980). Diante dos fatos o SPI tenta em 1959 reativar a Colonia Rodolpho Miranda, e, transferi-la para o ig. Floresta.

Novas expedições punitivas são organizadas em 1962 pelos seringais Canãa e Sta. Cruz com o objetivo de exterminar os índios que vinham atacando os seringais.

No ano de 1966 se propõe novamente a criação de uma Reserva abarcando os Rios Jamari, Floresta, Muqui, Ricardo Franco, Sotério, São Miguel e Pacãas-Novas. Há constatação pelo Sr. Nilo Veloso (SPI) da presença indígena no Ig. Floresta e se organiza uma expedição de atração. A presença de garimpeiros prejudica o trabalho. A área indígena é arrendada para mineração de cassiterita, à Firma Benfica e Cia., em 15 de março de 1966.

No contrato do SPI com a firma há a descrição dos limites da terra indígena, e, o compromisso dessa empresa de pagar "royaltys" de 10% sobre o valor comercial do minério ao SPI. Na área em questão está fixada atualmente a mineradora Brumadinho, em território comprovadamente indígena.

Os comunicados sobre a presença indígena na área partem dos seringueiros do Sta. Cruz que apavorados estão abandonando suas coloca -



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

ções. Nova expedição punitiva é organizada saindo do seringal Sta. Cruz em direção ao Igarapé Nova Floresta.

Ainda no ano de 1966 o Sr. Flodoaldo Pinto penetra na Área Indígena, queimando os tapiris. Em carta ao SPI, comunica a compra do Igarapé Floresta, integrante do seringal Canãa, à Firma Almeida e Cia em 29.04.64, e, informa estar sendo prejudicado e perturbado pelas expedições de atração, quando se vê aonde chegava a sem cerimônia dos assassinos de índios. O Sr. Nilo Veloso, funcionário do SPI, aciona a Delegacia de Porto Velho e ordena a paralisação dos trabalhos da Firma Benfica e do Sr. Flodoaldo Pinto, solicitando a imediata retirada dos mesmos do interior da Área Indígena. O contrato do SPI com a Firma Benfica e as promessas de construção de um campo de pouso para auxílio à Expedição de Atração impediu a retirada da Firma. O campo de pouso está ocupado hoje, ilegalmente, pela Fazenda Marechal Rondon, da empresa Brumadinho.

O que o SPI não conseguiu em 1966, ou seja, a retirada do Sr. Flodoaldo Pinto da Área Indígena, os próprios Uru-Eu-Wau-Wau concretizaram em 1969. Após vários ataques a Fazenda Alta Lídia, já formada e com gado, mataram o vaqueiro José Rodrigues de Moraes. A fazenda foi evacuada e os Uru-Eu-Wau-Wau retomaram seu território, dizimando o gado.

No início de 1974 nova morte é constatada no seringal Canãa e em 1976 o caçador Vicente Marques Paiva é flechado nas cabeceiras do Rio Floresta. Nos anos seguintes os Uru-Eu-Wau-Wau continuaram atacando no Jaru e Candeias e sua presença é contínua em assaltos as colocações de seringa.

No ano de 1979 várias são as mortes no Floresta de colonos recém-assentados pelo INCRA no Projeto Burareiro, realizado com a desapropriação dos seringais Sta. Cruz e Canãa. No lote 47 da gleba 33 morrem dois filhos de Francisco Prestes e um é raptado pelos índios. Na linha 34 às margens do Floresta matam o seringueiro Daniel Castro da Silva e ferem Elias Batista da Silva. Na BR 429 apedrejam geólogos e na linha 621, 4 colonos são assaltados. Os colonos abandonam os lotes distribuídos pelo INCRA

após os saques dos Índios nos lotes do Rio Jamari e Nova Floresta. O Sr. Cícero Fernandes denuncia ao Jornal A Tribuna saques nas colocações do Seringal Floresta e Montenegro.

Em 1980 garimpeiros clandestinos afirmam que os Uru-Eu-Wau-Wau encontram-se nas matas do Igarapé Nova Floresta. Em 1982 os Uru-Eu-Wau-atingem com uma flecha o sertanista Baiano Maia no PIA Comandante Ari em Alta Lídia, após contato com a FUNAI.

A última morte nesta área se deu em dezembro de 1983 quando foi flechado o Sr. Braulino no lote 33 do INCRA, o mesmo lote onde em 1979 os Uru-Eu-Wau-Wau mataram os filhos do Sr. Francisco Prestes. A omissão da FUNAI e do INCRA tornam-se responsáveis por estas mortes.

De acordo com o depoimento do Sr. Álvaro Ranconi, morador de Ariquemes, nesta área não existe mais ninguém. Os colonos assentados pelo INCRA fugiram largando inclusive suas roças.

A presença dos Uru-Eu-Wau-Wau na região da Bacia do Jamari e Floresta é irrefutável, assim como o resguardo desta área impedindo a penetração e colonização pelos neo-brasileiros, que nunca conseguiram tomar posse efetiva da terra. Os títulos, caso haja, são nulos perante a União, pois provenientes dos próprios arrendamentos do SPI. A área atualmente requerida pelos proprietários dos seringais Santa Cruz e Canãa são indubitavelmente Território Indígena, não somente pelo seu caráter imemorial, mas antes pela plena ocupação pelo grupo indígena, que nunca deixou de utilizar a região para caça, pesca, coleta e fixação de aldeias, impedindo desta forma a plena posse legal por outros membros da sociedade nacional, e mesmo quando arbitrariamente titulados.

#### RIO CAUTIÁRIO, SOTÉRIO E OURO PRETO

Os Índios do Rio Sotério e Cautário são conhecidos desde o século XVIII pela sua participação na construção do Forte Príncipe da Beira.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

Em 1916 o Capitão Costa Pinheiro os avista às margens do Cautário quando estes o impedem de atracar sua embarcação. À época somente o baixo Cautário se encontrava invadido pelo "Guaporé Rubber Company" e os seringueiros relatam as incursões contra os índios.

Em 1932, crianças indígenas são encontradas abandonadas em uma aldeia do Cautário, o que leva a crer em uma entre muitas expedições punitivas. Entre 1932 e 1934 estas crianças indígenas foram vistas no seringal do Alto Cautário e criadas por não índios.

Em relatório a Diretoria do SPI, o inspetor da 9ª IR denuncia a entrada do SPI nos sertões do Guaporé acompanhado dos seringueiros e seringalistas, o que vinha impedindo o contato com o grupo localizado nos rios Cautário, Ouro Preto, Pacaas-Nova e Sotério, pois estes seringalistas eram conhecidos exterminadores de índios.

No ano de 1952 noticia-se uma expedição punitiva no Rio Ouro Preto comandada pelo seringalista José Pereira da Silva, morrem 20 índios entre homens, mulheres e crianças.

No ataque indígena do Rio Ouro Preto em 1955, morreu um seringueiro com 36 flechas. No mesmo ano é organizada nova expedição punitiva, e em 1956 uma aldeia inteira é massacrada. Em 1957 os índios matam um seringueiro e novamente se massacra uma aldeia.

As mortes indígenas no Cautário, Ouro Preto e Sotério, assim como nos contrafortes da Serra do Pacaas-Nova, onde o SPI localizou várias aldeias, são descritas em vários documentos. A necessidade de contato era premente e várias expedições de atração foram organizadas.

Nos anos 60 os índios atacam permanentemente o seringal denominado São Tomé, e em 1964 um massacre é denunciado a FUNAI no mesmo seringal.

Em 1966 a região do Cautário, Sotério e Ouro Preto é incluída na proposta de Reserva do SPI para os índios arredios e o Governador do

*[Handwritten signature]*

Território é comunicado sobre a presença indígena no Rio Cautário. Em 1969 nova morte de seringueiro no Cautário e a partir de 70 há ocorrência de várias mortes no seringal São Tomé localizado em terra indígena e invadido pelo Sr. Benesby. Em 1973 uma expedição de atração sobe o rio Ouro Preto e Cautário não encontrando os índios.

O ataque ao seringal São Tomé em 1976 resultou na morte de um seringueiro e dois feridos. O Tenente Henrique Bezerra, Delegado de Polícia de Guajará-Mirim confirma a presença indígena no Rio Cautário e solicita a FUNAI nova expedição de atração na região de atrito.

Em 1977 o sertanista Benamour Fontes prepara um plano para atração dos índios dos Rios Cautário, Pacaas-Nova e Sotério pelos ataques intermitentes nesta região. Neste ano novamente atacam o seringal São Tomé, sendo feridos os seringueiros Fernando Ardaia, com estrepes, Francisco Torquato, com flechas e morto Raimundo Nonato dos Santos com 13 flechas e Ricardo Félix, também flechado.

No ano de 1978 atacam novamente o São Tomé, e morre e o seringueiro Joaquim Mendez.

A história do seringal São Tomé não se diferencia das restantes na região, tendo sido conquistado através dos massacres as aldeias indígenas na área. O depoimento dos seringueiros confirmam os dados existentes nos documentos do SPI e da FUNAI.

Dona Maria, mulher do Sr. Brito, um seringueiro do Sr. Benesby, comentou sobre a presença dos índios no Igarapé do Vovô, afluente do Cautário e seu encontro com estes em vários pontos. Ela mora há 15 anos no seringal e relata os vários ataques dos índios. A última vez que estes atacaram foi a 27 de dezembro de 1983 quando acertaram o Sr. Carlitos gerente do seringal, que um mês antes teria atirado nos índios, acertando um deles, que "confundira" com um veado.

A sede do seringal era, anteriormente, em local ainda mais próximo a morada dos índios, e foi evacuado por um antigo gerente após suces

sivos ataques indígenas. D. Maria e Sr. Brito já encontraram com os Uru-Eu-Wau-Wau, porém estes nada fizeram contra eles, apenas os assustaram. D. Maria pediu a presença da FUNAI na área, pois após o ataque de 1983, sente-se ameaçada. Acha que há uma aldeia nas proximidades do seringal.

A situação na área do São Tomé se encontra agravada pela presença de geólogos e garimpeiros da SOPEMI, que, associada ao Sr. Benesby, iniciou prospecção de diamantes. Os geólogos encontraram vestígios indígenas na própria sede do seringal.

Conversando com os intérpretes Parintintin no Posto Alta Lídia os Uru-Eu-Wau-Wau, denunciaram a presença de "muita gente" no seringal São Tomé e disseram, se não forem retirados, irão atacar ainda este ano.

A área do Cautário é plenamente utilizada pelos Uru-Eu-Wau-Wau tendo sido localizada uma aldeia na Cachocira do Cojubim, no mesmo ponto onde foram encontrados pela Comissão Rondo. A sede do seringal se encontra em sua área de pesca e coleta não muito distante de sua aldeia, daí a reivindicação do grupo desta região concretizada nos diversos ataques e mortes nos últimos vinte anos. Não ficam dúvidas de que os índios não abrem mão da parte de seu território invadida pelo seringal São Tomé.

#### RIO PACAAS-NOVA

O Rio Pacaas-Nova se constitui em habitat imemorial de vários grupos indígenas, em especial dos Oro-Uari (Pacaas-Nova), Karipuna e Orouin.

No início do século, aldeamentos Orouin eram encontrados onde hoje está a sede do seringal São Luiz, assim como nas cabeceiras do Pacaas-Nova e no Igarapé Água Branca. A conquista destas terras deu-se da mesma forma que as demais em Rondônia, e desde 1945 o SPI tenta o contato neste ano.

Em 1958 têm-se notícia dos ataques indígenas nas colocações São Luiz, Abacateiro e Seringal Porto Novo, no Alto Rio Pacaas-Nova onde foi morto pelos índios o seringueiro Francisco Mateus.

No início de 60 os conflitos são acirrados e os índios em diversos momentos, atacam as embarcações do Sr. Manoel Lucindo, "proprietário" do seringal São Luiz. Em 1916 um seringueiro é morto no Igarapé Água Branca e em 1962, índios desconhecidos atacam garimpeiros nos contrafortes dos Pareci e nascentes do Rio Pacaas-Nova.

Uma expedição punitiva é organizada em 1963 pelo seringalista Manoel Lucindo. O ataque as aldeias Orouin resultou em 31 mortes e no aprisionamento de 28 mulheres e crianças. Em 1964 nova expedição é formada, e 16 índios que se encontravam próximos ao seringal do Sr. Miranda Cunha são levados para o São Luiz. Neste mesmo ano o SPI comunica ao seringalista e ao Governo do Território a interdição da área, calcado no art. 216 da Constituição Federal.

Na década de 70 o grupo indígena volta a atacar o seringal São Luiz e em 1977 é morta a Sra. Maria Rosa da Conceição e seu filho. Neste mesmo ano é ferido um seringueiro. O sertanista Benamour Fontes põe a criação de uma Frente de Atração partindo do São Luiz, e, em 1979 o próprio seringalista Manoel Lucindo pede providências para a FUNAI, alegando que seus seringueiros estão abandonando as colocações por medo dos ataques dos índios. Ao invés de serem protegidos os índios, é contra eles que se pede a presença da FUNAI, protegendo invasores.

Em 1984, os seringueiros de Manoel Lucindo colocaram ao GT que frequentemente encontram sinais que demonstram a presença indígena na área, e que estes imaginam existir uma aldeia bem próxima à sede do seringal. Os índios vêm espreitando a área, em séria ameaça aos seringueiros, que estão esperando um novo ataque. O fato demonstra que apesar dos vários ataques contra suas aldeias, os Uru-Eu-Wau-Wau ainda tentam recuperar e expulsar o invasor do Rio Pacaas-Nova, em particular o seringal São Luiz.

RIOS MQUI, RICARDO FRANCO, SÃO MIGUEL, URUPÁ, MA  
CHADINHO, PREITO, CANDEIAS, JI-PARANÁ, JACI-PARANÁ E JARU

Os dados, sobre a ocupação pelos grupos indígenas das - ba

cias dos Rios Jaci-Paraná e Ji-Paraná remontam ao Século XVII assim como sua defesa para resguardo territorial.

No início do século há dados sobre a presença do mesmo grupo Cawahib nos Rios Anari e Machadinho, e, desde de 1942 o SPI vinha tentando contatar o grupo, conhecido na época por Boca-Negra, nos divisores dos rios Machadinho, Preto do Ji-Paraná, Preto do Jamari e Anari. Os conflitos eram sucessivos entre os índios e os seringueiros e as expedições punitivas, organizadas por seringalistas, massacravam aldeias inteiras.

Nos documentos do SPI encontram-se para citar alguns fatos, a morte de seringueiros no Jaci-Paraná em 1955, em 1958 é saqueado os seringais no Jarú, e neste mesmo ano localizadas aldeias no Jarú e afluentes.

Na década de 60, o Rio Muqui é alvo dos maiores ataques, tanto de índio, quanto de seringueiros. Em 1966 é morta a flechada D. Mariá da Costa e Silva. Uma expedição de atração é organizada e aldeias são localizadas e atacadas no Muqui, e Ricardo Franco.

O Seccionamento do Território Tribal pela BR-29 intensifica os conflitos. Nove (9) mortes ocorrem em 1966 ao longo da rodovia, todas elas atribuídas aos índios habitantes do Muqui e Urupá. O SPI propõe a demarcação de uma Reserva incluindo estes rios. Expedições punitivas são organizadas e 14 tapiris são encontrados no Muqui, somente com cadáveres indígenas.

Os índios voltam a atacar nos rios Urupá e no Mandô, e realizam quatro mortes, entre elas a da Sra. Lucíola Tico, com 20 flechadas.

A região do Candeias é arrendada pelo SPI. Os índios reagem matando um garimpeiro. O SPI é informado sobre as capoeiras, tapiris e cemitérios indígenas na região.

Em 1967 as informações remetem ao São Miguel e temos mortes em 1967, 1968, 1970, 1974 e 1975. Sendo que em 1968 morre Ana Mourão

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

-50-

Costa com 13 flechas nas cabeceiras do São Miguel, em 1970 atacam o barracão do seringal Novo Mundo. Flechas são encontradas no Igarapé Jurupari, afluente deste rio. Seringueiros abandonam a região e nova expedição de atração é organizada pelo SPI, subindo pelo rio Muqui. Em 1974 e 1975 os Uru-Eu-Wau - Wau atacam no seringal Palestina, no baixo São Miguel.

Nos anos de 1977 e 1978 é morto na região do Jaru e gateiro Vicente Marques, uma mulher e uma criança. A defesa do Candeias contra invasores é reiniciada, e um garimpeiro é morto pelos índios próximo a Rodovia 421 em construção.

A história desses rios é assim, feita de avanços e recuos indígena, que de forma intermitente, mas contínua, defendem este território do avanço da colonização. A partir de 1980 diminuem os ataques nesta área, porém não se pode afirmar que o grupo indígena se conformou com a perda destas áreas ou apenas recuaram estrategicamente pelo aumento populacional. Há uma vila operária de 90 pessoas na Fazenda Marechal Rondon, o que intimidou os índios.

Em 1984 foram localizadas malocas no Rio Urupá entre os igarapés Norte/Sul, no interior da área decretada para o IBDF. Os Uru-Eu - Wau-Wau em seus contatos com a frente de atração descrevem, suas malocas no São Miguel e Urupá, a 6 dias do Alta Lídia.

Grande parte do Território Imemorial do Grupo Indígena, defendido por estes até 1978, não se encontra incluído na proposta atual, seja pelo avanço da colonização ou porque faltam dados que permitam afirmar sua ocupação permanente. Entre estes estão o Rio Muqui, Ricardo Franco e Igarapé Mandi afluente do Urupá. Nada impede, porém, que em futuro próximo estas áreas sejam incluídas no território, ora proposto, caso se constate a presença real do grupo indígena, ainda não comprovada. Deve a FUNAI nos próximos meses realizar expedição de reconhecimento nestes rios. O aprofundamento do contato poderá levar, ao aumentar o conhecimento destes grupos, ampliações da área hora em demarcação. Mas não se pode permitir que o avanço da colonização continue em prejuízo dos índios cujas terras ainda não contam com garantias legais suficientes, como a demarcação, homologação e registro.

## CONCLUSÃO

A demarcação do Território Uru-Eu-Wau-Wau é premente e a garantia de suas terras um dever da Fundação Nacional do Índio.

Até então a FUNAI tem caminhado atrás dos grandes Projetos Agropecuários e de Colonização, e os grupos indígenas vêm gradativamente perdendo as terras que por direito lhes pertence, e conforme assegura a Constituição.

Nos casos de grupos não contatados, ou de contato ainda recente, este fato se torna dramático. A pressão da sociedade nacional, calcada na política desenvolvimentista do Estado Brasileiro, é sempre no sentido da invasão e ocupação das terras indígenas. Os índios são atraídos por interesses de nossa sociedade, que exige esta "pacificação", para que possa tomar posse da terra. A FUNAI, e anteriormente o SPI, promovem a sedentarização para mais tarde liberar partes vitais de seu território.

No caso específico dos Uru-Eu-Wau-Wau é a política de colonização, que vai exigindo a definição do território tribal, para que possam definitivamente ocupar as regiões limítrofes.

O dever da FUNAI como órgão tutor dos grupos indígenas é dar garantia territorial, não podendo calcar os seus trabalhos em interesses contrários a própria Constituição e a Lei 6.001. O índio não se constitui em invasor, antes, ao contrário, são os não-índios que invadem os territórios tribais, exterminando fisicamente aldeias inteiras como foi bastante argumentado no corpo deste relatório.

A definição da área dos Uru-Eu-Wau-Wau pelo GT composto pela Port. 1767/E/84 objetivou antes de tudo a garantia do território, plenamente ocupado pelos Uru-Eu-Wau-Wau. Se não se dispõe de dados exaustivos, por não existir uma atração consolidada, o próprio grupo, através, dos seus ataques, mostra uma visão bastante clara dos locais vitais para sua sobrevi-

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

vência. O território imemorial dos Uru-Eu-Wau-Wau é muitas vezes superior ao agora proposto, isto se nos detivermos apenas a este século. Desta forma se alguma falha existir na presente proposta, será por ter suprimido áreas talvez essenciais ao grupo indígena, como no baixo São Miguel e Cautário e nos rios Jarú, Sotério, Ricardo Franco, Muquí, Urupã, e Candeias, palco de lutas recentes, e, onde a presença indígena é mal conhecida pelo FUNAI.

As áreas acrescidas a Portaria 508/N/78 no Igarapé Floresta, Rio Cautário, Pacaas-Nova, parte do São Miguel, Negro e Cojubim são de importância vital para o grupo, seja no que tange a sua economia, como pela localização indiscutível de suas aldeias. Os limites ora acrescidos estão incluídos nas propostas do SPI de 1946 e 1966 e a área do seringal São Luiz foi interdita em 1964.

Quanto a interdição de 1978 sabemos que se deu para fins de atração, podendo ou não corresponder a real área indígena, não havendo portanto contradição nos limites ora acrescidos.

A maior parte da área indígena sobrepõe-se com a totalidade do Parque Nacional dos Pacaas-Novos sob jurisdição do IBDF, e criado pelo Decreto nº 84.019/79, estando portanto garantida e assegurada contra as invasões e os projetos de colonização.

A Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau perfaz 1.888.000 ha aproximadamente, e se constitui em território imemorial indígena, incluso no art. 198 da Constituição Federal e nos arts. 22, 23, 24 e 25 da Lei 6.001 - Estatuto do Índio.

No que tange as terras não inclusas nesta proposta e que foram arrendadas pelo SPI, acreditamos ser de extrema importância um estudo pela Procuradoria Jurídica da FUNAI. Nesta situação temos a Colônia Rodolpho Miranda demarcada por Rondon no início do século com área de 90.000 ha, próxima a atual cidade de Ariquemes, e, as terras arrendadas, aos seringais Sta. Cruz e Canãa, e que foram Postos de Atração, além do contrato firmado pelo SPI com a Firma Benfica e Cia, atuais Mibrasa, São Domingos e Massangana, associadas da Brumadinho Mineração, onde esta se comprometia a pagar 10% de seus lucros na extração de cassiterita nas terras indígenas.

Não cabe dúvida que estes empreendimentos, Fazenda Marechal Rondon e Brumadinho, são invasores recentes da área imemorial dos Uru-Eu-Wau-Wau. Na verdade os Índios não os tem hostilizado nos últimos seis

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

anos, e por isto, ficarão fora da área demarcada. Não é impossível, entre tanto, que, consolidado o contato os Uru-Eu-Wau-Wau pretendem a reintegração de sua posse sobre este Território, o que estará no seu mais legítimo direito. Desde agora, cabe a FUNAI coibir na Justiça tais arrendamentos.

A FUNAI no momento atual deve de forma urgente andar por síveis títulos na área proposta e obter indenização pelas lavras e desmatamentos predatórios existentes (caso da Brumadinho) em proveito dos Uru-Eu-Wau-Wau, fazendo valer o contrato firmado pelo SPI em 1966 com a Benfica e Cia (anexo). A empresa Brumadinho, assim como a Fazenda Marechal Rondon, devem aos índios 10% dos seus lucros nos últimos 18 anos.

O mais grave da situação apontada é que dezenas de famílias de índios desaldeados e precariamente integrados à sociedade envolvente, encontram-se sem terras como o caso dos Parintintin, Arikens e Araras, espalhados pelo Estado de Rondônia e cujos antepassados, e mesmo alguns mais idosos em vida habitaram esta área, hoje perdida, como o caso da Rodolpho Miranda.

A FUNAI, aproveitando a proposta de delimitação dos Uru-Eu-Wau-Wau, deveria realizar um balanço crítico sobre a situação das terras em Rondônia, onde os índios foram e continuam sendo espoliados, e urgentemente demarcar a Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, antes que o avanço da colonização, com a fixação de grandes empresas agropecuárias e mineradoras usurpem dos Uru-Eu-Wau-Wau seu último reduto, tão bem defendido nos últimos 100 anos.

*Maria Auxiliadora C.S. João*  
MARIA AUXILIADORA C.S. JOÃO  
DPI/FUNAI  
*José Apoena S. Meirelles*  
JOSÉ APOENA S. MEIRELLES  
8ªDR/FUNAI

*José Jaime Mancin*  
JOSÉ JAIME MANCIN  
DPI/FUNAI  
*Mauro de Mello Leonel Junior*  
MAURO DE MELLO LEONEL JUNIOR  
Avaliador/POLONOROESTE

RECOMENDAÇÕES, SUGESTÕES E PROPOSTAS  
PARA A ÁREA URU-EU-WAU-WAU

- 1º - Portaria identificando a presença indígena nas áreas não contidas na interdição da Portaria 508/N/78, como nos casos dos Rios Urupá, São Miguel, Cautário, Pacaas-Nova, Nova Floresta e Jamari.
- 2º - Demarcação, homologação por Decreto Presidencial e registro no SPU da Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau.
- 3º - Expedições pelos afluentes do Mamoré, Guaporé, Cautário, São Miguel, Candeias, Jaci-Paraná e Formoso com o objetivo de identificar ou localizar grupos indígenas arredios, desaldeados ou submetidos a seringalistas. Levantamento ainda dos rios Ricardo Franco, Muqui e Urupá.
- 4º - Ofício ao INCRA e MEAF interditando projetos de colonização, titulações provisórias ou definitivas, em particular nas regiões do Cautário, São Miguel e Formoso, até a conclusão dos levantamentos a serem feitos pelas expedições citadas.
- 5º - Interdição de qualquer estrada atravessando a área dos Uru-Eu-Wau-Wau, como a projetada BR-421.
- 6º - Ofício a ELETRONORTE pedindo estudos sobre possíveis alterações no regime de águas, alterações no ciclo vital de peixes ou alagamentos, na Bacia do Jamari, provocadas pela Hidroelétrica de Samuel.
- 7º - Estudo jurídico para a reintegração de posse ou indenização aos índios por parte da Mineração Brumadinho e suas filiais Massangana, Mibrasa e São Domingos, arrendadas pelo SPI. Assim como da Fazenda Marechal Rondon, instalada a partir do campo de pouso Angelita, construído pelo SPI. Fechamento do prolongamento ilegal da linha 638 do projeto Jaru do INCRA pela Mineração Massangana, do mesmo grupo Brumadinho.

- 8º - Anulação de títulos provisórios ou definitivos, de seringais arrendados pelo SPI ou por ele interditados como invasores de área indígena, como o São Tomé, São Luiz, Canãa, Santa Cruz, etc...
- 9º - Pesquisa sobre o seringal Parati, pertencente em 1963 ao Sr. Miranda Cunha, considerado em vários documentos como invasor de área indígena e não localizado até o momento pela FUNAI.
- 10º- Consulta ao CPRM sobre levantamentos feitos na área Uru-Eu-Wau-Wau e a incidência de eventuais potenciais minerais.
- 11º- Acordos com o IBDF, INCRA, POLÍCIA FEDERAL e POLÍCIA MILITAR para a proteção da Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, desde que não comprometam a autonomia dos índios em suas terras.
- 12º- Plano de assistência a saúde dos índios em processo de contato com enfermeiros formados e competentes, apoio médico e medicamentos.
- 13º- Recursos para a Frente de Atração e apoio de profissionais médicos, antropólogos e linguístas (Unicamp ou Museu Nacional).
- 14º- Abertura de novos postos de atração e vigilância nos seringais São Tomé, São Luiz e no rio São Miguel, nas proximidades da BR-429 e dos Projetos Bom Princípio e Samauma do INCRA.
- 15º- Respeito ao modo de vida dos Uru-Eu-Wau-Wau, interdição de aldeamentos artificiais ou de roças e trabalhos exteriores e interferentes na vida tribal. A FUNAI deverá assistir as aldeias e não os índios assistirem os Postos da FUNAI.
- 16º- Grupo de vigilância da área, composto por sertanista e topógrafo, com apoio jurídico e policial, sempre que necessário. Retirada imediata da SOPEMI que realiza pesquisas e garimpos a partir do seringal São Tomé, e já abriu um garimpo clandestino fechado pela FUNAI.

- 17º- Estudos da viabilidade da abertura de estradas, ou picadões transitáveis que permitam a FUNAI dar assistência aos índios economizando horas de voo. O acesso a estas estradas será restrito a índios e funcionários da FUNAI, permitindo acesso aos Postos de Atração.
- 18º- Placas proibindo a entrada de estranhos na Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, em particular nos pontos mais ameaçados, como os projetos do INCRA, a BR-429 e os seringais.
- 19º- Dotação orçamentária compatível com as necessidades de Frente de Atração. Planejamento dos recursos extra-orçamentários, como os do Polo-noroeste, para equipamentos de média e longa duração, como demarcação e estrada de acesso.
- 20º- Estudos etno-históricos e etnológicos sobre os Uru-Eu-Wau-Wau, permitindo, através de um maior conhecimento o respeito devido a sua cultura, modo de vida e impedindo interferências contrárias a seus interesses.
- 21º- Recrutamento e formação adequada de pessoal preparado para o atendimento ao índio, capaz de respeito a seu direito a diferença cultural.
- 22º- Impedimento a entrada de seitas religiosas fanáticas, camufladas em estudos linguísticos que na verdade desrespeitam etnocentricamente a cultura indígena, em flagrante violação do Estatuto do Índio, como os tradutores da Bíblia, ou Summer Institut of Linguistics e New Tribes.
- 23º- Acordo com o INCRA, exigindo que avise a FUNAI sobre projetos de colonização ou titulações nas proximidades das áreas indígenas. Obter seu compromisso de retirada de invasores pelo menos nas proximidades dos projetos que fomenta. As áreas arrecadadas pela União e destinadas a projetos de colonização deverão ser previamente percorridas pela FUNAI e liberada após a verificação prévia de não presença indígena, arredia, desaldeada ou submetida em seringais.
- 24º- Retirada imediata de invasores, como os quatro seringueiros que se encontram no Jamari próximos a Cachoeira Montenegro e outros quatro no

Igarapé Nova Floresta. Estes encontram-se armados e dispostos a manter suas invasões pela violência em locais onde já houve várias mortes. É responsabilidade da FUNAI e do INCRA prevenir conflitos evitando mortes de índios e não-índios.

- 259- Estudo com o IBDF da possibilidade desta instituição obter a demarcação de um grande cinturão verde em volta do território Uru-Eu-Wau-Wau. Esta faixa, de pelo menos 2 km nas áreas de maior avanço da colonização, poderão ser acrescidas em outros pontos, permitindo a administração de uma área equivalente ao Parque Nacional de Pácaa-Novos, que, como se demonstrou, trata-se de área indígena. Um cinturão verde do IBDF, preservaria o próprio território Uru-Eu-Wau-Wau e as nascentes dos principais rios de Rondônia.

B I B L I O G R A F I A

- BARBOSA, Nicolau Bueno Horta - 1947 - Exploração e Levantamento dos Rios Anari e Machadinho - Comissão Rondon, Publicação nº 48, Rio de Janeiro.
- COSTA, Mário Arruda da, Relato de uma expedição de contato indigenista - 1980, Goiânia, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da UCG-Universidade Católica de Goiás.
- CASTENAU, Francis, Expedição às regiões Centrais da América do Sul, Brasileira, 1949.
- CRAIG, Neville B - Estrada de Ferro Madeira Mamoré - História Trágica de uma Expedição, Brasileira, vol. 242 - 1947.
- COFWEL, Adrian - Filme para a BBC-Década da Destruição sobre os Uru-Eu-Wau - Wau, 1983, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade de Goiás - Goiânia.
- FERREIRA E SILVA, Tenente Octávio Felix - 1920 - Exploração e Levantamento do Rio Juary, Comissão Rondon, Publicação nº 57, anexo nº 02.
- FUNAI - Setor de Documentação - AESP - Pesquisa de Maria da Conceição Militão Rocha - 1983, Brasília, Documentação da 8ª DR.
- FUNAI - Proc/FUNAI/BSB/5020/77, Proc/FUNAI/BSB/5567/76, Proc/FUNAI/BSB/1646/73, Proc/FUNAI/BSB/1770/75, Proc/FUNAI/BSB/5244/71 e Proc/FUNAI/BSB/2506/84.
- FUNAI - 8ªDR - Arquivos da 8ª Delegacia Regional - 1984 - Relatórios e Imprensa de Rondônia.
- LEONEL JÚNIOR, Mauro Mello e Betty Mindlin - 1983 - Relatório de Avaliação dos Uru-Eu-Wau-Wau, FIPE -USP - Polonoeste.

LEVI-STRAUSS, Claude - 1963 - Tristes Tropiques, Paris, 1948. The Tupi-Cawahib - in Handbook of South American Indians: 3, pags 299-305 e Tribes of The Right Bank of the Guaporé River: pag. 371-379 - Washington -

MAGALHÃES, Cel. Amilcar A. Botelho de - 1941 - Pelos Sertões do Brasil, 1941 São Paulo, Brasiliana, vol. 195 - Expedições rios Juary, Anary, Machadinho, Jacy-Paraná e Cautário.

MEIRELES, Denise Maldi - 1984 - Populações Indígenas e a Ocupação Histórica de Rondônia, UFMT, Cuiabá, Proedi.

MINDLIN, Betty - 1983 - Os Surui de Rondônia, Pontifícia Universidade Católica - São Paulo (PUC-SP). Tese de Doutorado.

METRAUS, Alfred - Tribos of Eastern Bolivia and the Madeira Headwaters, in Handbook of South American Indians, Washington, 1948 - pag. 381 a 506.

MENENDEZ, Miguel - Relatório de avaliação dos Tenharim (Kawariwa) - FIPE - USP - Polonoeste 1984 - São Paulo.

NIMUENDAJÚ, Curt - 1981 - Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú, 1943, Brasília, Fundação Pró-Memória/IBGE - 1948. The Cawahib, Parintintin, and their Neighbors, in Handbook of South American-Indians: 3, pags. 283 a 297.

PUTEMAKER, Jesco Von - Arquivo do Instituto Goiano da Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás - Documentos fotográficos - 1981-1984 - Goiânia.

RIBEIRO, Darcy - 1970 - Os Índios e a Civilização, -Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

SPI-FUNAI - Setor de Documentação, Arquivos - AESP-FUNAI. 1945 e 1974 - Microfilmes nºs 43 a 46.

SPI-PIN Rodolpho Miranda - 1943.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. Nº 52077  
FLS. 113 /  
PÁGINA 1º 60

INSTRUÇÃO TÉCNICA EXECUTIVA Nº 41 /DPI, DE 23 DE OUTUBRO DE 1.984

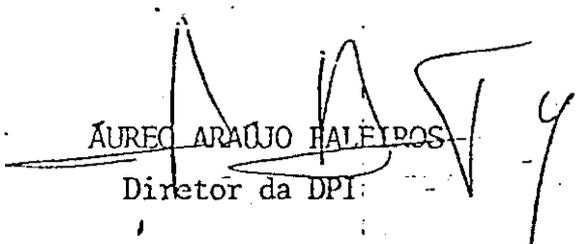
O DIRETOR DA DIRETORIA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 426/P, de 12 de junho de 1984,

R E S O L V E:

I. Determinar que se desloque até a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a servidora MARIA AUXILIADORA CRUZ DE SÁ LEÃO - Antropóloga da DID/DPI, com a finalidade de juntamente com o Antropólogo MAURO DE MELLO LEONEL JUNIOR - Avaliador do Polonoroeste, concluir relatório sobre a Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau identificada pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1767/E de 24 de setembro de 1984.

II. O prazo para conclusão dos trabalhos fica estipulado em 5 (cinco) dias à contar de 28.10.84.

III. As despesas correrão a conta dos recursos do FINSOCIAL/DEMAT

  
AUREO ARAÚJO HALEIPOS  
Diretor da DPI

DID/MACSL/sloh

MINISTÉRIO DO INTERIO  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI  
Cabinete do Presidente

PORTARIA Nº 1967/E, DE 11 DE AGOSTO DE 1984

ROC. N.º 5020/77  
CLS. 141  
SUBRICA SUR

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto, e tendo em vista o Proc. FUNAI/RSB/5020/77,

**R E S O L V E :**

- I. Determinar o deslocamento à Área Indígena URU-URI-WAU e URU-PA-IN, Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, dos servidores MARIA AUXILIADORA CRUZ DE SÁ LEÃO - Antropóloga, JOSÉ JAIME MASCIN - Engenheiro Agrimensor e ANTONIO DE PAULA NOGUEIRA NETO - Engenheiro Agrônomo, lotados na DPI, para, sob a coordenação da primeira e acompanhamento do Engenheiro Agrônomo FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS, lotado no Projeto Fundiário do INCRA de Arriquemes - RO e de MAURO DE MELO LEONEL JUNIOR - Antropólogo/Avaliador do PLANOROESTE, procederem os estudos de identificação e definição da terra indígena acima mencionada, bem como o respectivo levantamento fundiário, conforme determina o artigo 2º do Dec. 88.118/83.
- II. O levantamento fundiário, juntamente com a proposta para definição da área indígena a ser apresentada ao Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 88.118/83, visará a natureza de ocupação populacional, a data da ocupação, bem como os conflitos existentes, mediante identificação de posses, domínios, pesquisa documental em Cartórios das Centrais de Registro, com respectiva cadeia sucessória.
- III. Conceder o prazo de 20 (vinte) dias para a execução dos trabalhos de campo, a contar de 25.08.84.
- IV. Determinar o prazo para entrega dos relatórios correspondentes em 50 (cinquenta) dias, após o término dos trabalhos de campo.
- V. As despesas deverão correr à conta dos recursos do PLANOROESTE/DIMAT.

NELSON MARABITO FERRETTES  
Presidente

Recebi o original  
Em 26.09.84  
H.F.



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. Nº 502.0124  
FLS. 110 11  
GUERRICA J 62

ENC. Nº 00 1 /DID/DPI/85

Em 3/01/85

Do: Maria Auxiliadora Cruz de Sá Leão

Ao: Sr. Diretor da DPI.

Assunto: Encaminhamento (Faz)

Encaminho a V.Sa. Relatório de Identificação da Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau conforme Port. 1767/E, de 24/09/84. Informamos que o referido relatório foi entregue a datilógrafia em 06/11/84.

  
MARIA AUXILIADORA CRUZ DE SÁ LEÃO  
Chefe/DID

DPI/DID/MACSL/Jjrs.